



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇA SOCIAL E EMPREGO

BRASÍLIA
1997

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇA SOCIAL E EMPREGO

BRASÍLIA
1997

Brasil, Presidente (1995- : F.H. Cardoso)

**Desenvolvimento sustentável, mudança social e emprego /
Fernando Henrique Cardoso. – Brasília: Presidência da República,
Secretaria de Comunicação Social, 1997**

61 p. – (Documentos da Presidência da República)

**Conteúdo: entrevista e discursos do Presidente da República
no período de março a junho de 1997.**

**1. Brasil – Economia. 2. Brasil – Meio Ambiente. 3. Brasil –
Desenvolvimento Social. I. Cardoso, Fernando Henrique – discursos. II. Título. III. Série.**

CDD 303.44

Sumário

I. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reforma e Crescimento

Entrevista concedida pelo Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, à *Gazeta Mercantil*, em 19 de
junho de 1997 _____ 5

Meio Ambiente

Versão editada do discurso do Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na abertura da Reunião RIO+5 –
no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de março de 1997 _____ 27

II. MUDANÇA SOCIAL

Versão editada do discurso do Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na abertura da 1ª Reunião
Regional de Avaliação da Cúpula de Desenvolvimento
Social da Comissão Econômica para a América Latina
(CEPAL) – São Paulo, SP, 6 de abril de 1997 _____ 36

III. EMPREGO

Versão editada do discurso do Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na abertura do Seminário
Internacional sobre Emprego e Relações do Trabalho – São
Paulo, SP, em 7 de abril 1997 _____ 49

I. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reforma e Crescimento¹

Gazeta Mercantil – O que o senhor mais teme no momento? Excluída, evidentemente, a possibilidade de o senhor não se reeleger, hipótese na qual ninguém acredita.

Presidente Fernando Henrique Cardoso – Ainda não sou candidato.

Gazeta Mercantil – O que o senhor mais teme, neste momento?

Presidente – Do ponto de vista econômico, por exemplo?

Gazeta Mercantil – De todos os pontos de vista.

Presidente – Do ponto de vista geral, o que poderia ter consequências negativas aqui seria um desarranjo no sistema financeiro internacional. Não prevejo que isso vá ocorrer, mas é uma coisa que abalaria, porque não teríamos elementos de controle da situação. O que é ter medo? A gente tem medo quando não controla. Por que há muita gente que tem medo de avião? Tem medo porque não entende o que está acontecendo. Depois que passa a entender o que está acontecendo, o medo diminui. Assim, o imprevisível é que pode criar uma situação de maior dificuldade. Eu não creio que na situação do Brasil haja coisa muito imprevisível, a não ser isso que eu disse. Os outros fatores, que vejo na imprensa, que a preocupam e a nós também, não são imprevisíveis. A questão da balança comercial é conhecida e é possível contratar; há medidas a serem tomadas. Claro que, em outra situação, se houver uma demanda social muito forte e generalizada, teríamos outro ponto imprevisível. Não há contradição aqui. As demandas sociais existem, são fortes, mas não são generalizadas; são mais pontuais. Em outro plano de temor, que não sai de controle, mas que me preocupa, é

(1) Entrevista concedida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, à *Gazeta Mercantil*, em 19 de junho de 1997.

a lentidão das reformas. A questão me preocupa porque não está nas minhas mãos. Às vezes nós próprios passamos para a opinião pública a sensação de que a velocidade das reformas depende da vontade do governo. Eu ouço freqüentemente gente dizendo: “Ah, se o governo tivesse a mesma vontade que teve para a reeleição, teria aprovado as reformas.” Não é verdade. Essa vontade nós temos. É que a questão da reeleição motivava as forças políticas com muito vigor, enquanto as reformas encontram nelas obstáculos e não as motivam. Alguns setores, ao contrário, têm medo, até erradamente, de que a aprovação de certas posições no Congresso tenha reflexo eleitoral negativo. Isso dificulta o processo. Acho que, quando a gente vê com mais ponderação o que é possível fazer e compara-o com o que está ocorrendo, fica preocupado com o tempo. Porque, por mais recursos que tenhamos (e temos recursos para manter o Real sob controle), nós não temos recursos para acelerar o desenvolvimento. E isso é urgente no Brasil. Então, me preocupa.

Gazeta Mercantil – O senhor tocou em pontos cruciais, como o temor de que haja um evento inesperado na ordem financeira internacional. Evidentemente, esse temor existe em função das dificuldades do balanço de pagamentos em conta corrente que estamos enfrentando no momento. Se por acaso as coisas fossem muito tranquilas nessa área, o efeito (de uma crise internacional) seria menor. O que o senhor vai fazer ou pedir à sua equipe econômica que faça nessa área para minimizar esse risco?

Presidente – Primeiro, deixe-me fazer uma reflexão adicional sobre a questão internacional. No fundo, se você colocar a questão em termos mais universais e gerais, o que se percebe é que a economia se interligou, se globalizou, e não tem regras. O poder político não é internacional. A economia é internacional e o poder político, não. Esse é o miolo da questão e as instituições que se formaram para resolver as questões internacionais da economia depois da Segunda Grande Guerra, depois de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional, a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial – ficaram aquém do momento atual. Não é isso? Então, há crise na ONU. O Fundo Monetário

passou a cuidar simplesmente da liquidez para o comércio, que era uma preocupação obsessiva, e o Banco Mundial não tem feito o suficiente para se contrapor às tendências de concentração da riqueza. Isso está colocado até que se resolva esta contradição, que é mundial. Evidentemente, não é a esse estado de coisas que me refiro. Esse quadro está por trás de tudo. Estou me referindo ao que seria uma crise do sistema financeiro – a essa enorme quantidade de capital flutuante que está por aí e que ninguém sabe onde vai desembocar. Isso, em um primeiro momento, é benéfico para nós. Por quê? Somos uma das poucas áreas do planeta onde o capital pode aterrissar e ter lucro. Aqui há o que fazer. Na Europa já não há. Na Europa não há como valorizar o capital. Na Ásia, há. Nos Estados Unidos, há. Aqui há. Agora, voltando a seu ponto. Dado isso, o que temos que fazer para diminuir ou minimizar o risco? Nós aqui (a expressão é da equipe econômica) estamos fazendo uma aposta de que esse risco é transitório. Você sabe que, em Política como em Economia, sempre se faz alguma aposta porque a Política é o reino do imprevisível. Não é isso? Política não é Administração. A Administração aplica regras e resolve, como no Direito. A Política é oposta a isso. É o desafio. Sempre se faz alguma aposta. Qual é a nossa aposta? E quem mais formulou essa aposta está aqui presente – é o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. Qual é a nossa aposta? É que nós estamos em uma fase em que estamos mudando o padrão estrutural do nosso sistema produtivo. Que, nesta fase, precisamos importar muito equipamento e matéria-prima. Que isso nos vai capacitar para depois, aqui dentro e lá fora, com melhores condições de competição internacional. Se nós produzirmos bem, vamos competir.

O mercado, hoje, é um só. Não é só o externo. O mercado interno é igual ao externo. A tese do preço único terá maior vigência. A tendência do preço único no comércio internacional já existe. Agora você vai ver – não sei se alguém formulou isso – a teoria do preço único no comércio em geral. Bom, estamos nessa aposta. E vamos fazer isso. Esperamos que isso leve de três a quatro anos. E que, nesse período, mesmo que haja

déficit, como o déficit atual na balança comercial, há condições para um clima de desenvolvimento e estabilidade política, e há capacidade de atrair capitais para financiar o déficit.

Gazeta Mercantil – Há uma discussão na sociedade de que o ingresso de capital externo, especialmente investimento direto, é uma coisa muito importante para o País. O investimento direto é capital de longo prazo. Vem para ficar, a despeito da contrapartida, que é a remessa de lucros e dividendos. Por outro lado, há o fato de que nem todos os empresários brasileiros conseguem ter acesso às linhas de crédito externas, a juros mais baratos, para realizar investimentos próprios. O empresário que não consegue fazer isso é obrigado a tomar recursos no mercado interno a juros muito elevados. Como resolver as dificuldades desse segmento da economia que ainda não tem esse contato com o mercado internacional? Dá para reduzir os juros? Há possibilidade de se estabelecerem políticas diferenciadas? Alguns analistas de mercado acham que hoje o Presidente da República estaria aproximando-se muito mais das linhas de formulação de política econômica externa traçadas pelo secretário José Roberto Mendonça de Barros, que está aqui, do que da orientação inicial de abertura econômica e política cambial defendida por Gustavo Franco (diretor da Área Internacional do Banco Central). A versão inicial de Franco era de abrir totalmente a economia e salve-se quem puder. Há quem esteja apostando mais em uma política voltada para salvar, no que for possível, as empresas nacionais.

Presidente – De acordo com as medidas que estamos tomando, dentro desse processo de reestruturação em que estamos apostando, a preocupação é fazer com que ele não seja um processo de desnacionalização. A abertura da economia não foi feita por Gustavo Franco nem por mim. Ela começou com o ex-presidente Fernando Collor de Mello e foi acelerada pelo Presidente Itamar. Aí há uma parte que é minha, como ministro da Fazenda: nós baixamos as alíquotas para uma média de 14%. Havia muita pressão de São Paulo em cima de mim para não fazer isso. Eu concordei que deveria fazer porque achava que interromper o processo de abertura seria interromper efetivamente a nossa chance de

uma modificação no sistema produtivo. Depois o processo foi acelerado no período do ministro Ciro Gomes, após os acordos feitos no encontro de Ouro Preto, quando baixamos muito as tarifas. Não foi o Gustavo Franco quem fez. Ele estava em outra área: a área de câmbio. Ele apresentou a justificativa. Acho que explicou, com razão, que aquela era a condição necessária para esse “choque de capitalismo”, usando uma expressão de Mário Covas. Senão, teríamos aqui uma indústria protegida, com câmbio favorável aos exportadores e com o povo sofrendo. Recordo-me, quando era ministro da Fazenda, de que o ministro da economia da Argentina, Domingo Cavallo, me disse: “Eu não entendo por que vocês não fazem já um programa de estabilização. Porque vocês têm mais reservas em divisas do que nós tínhamos na Argentina e estão simplesmente beneficiando os exportadores, alguns setores industriais e a população está pagando o preço disso”. Nós não fizemos de imediato. Eu concordo com isso. Nós estávamos privilegiando alguns setores em detrimento do conjunto da população. Isso não quer dizer que o governo tenha que se despreocupar com o setor que vai sofrer com as consequências dessa abertura. Se nós fôssemos, então, cuidar desses setores, nós não faríamos a abertura. Ainda que tomássemos os exemplos de Gustavo Franco e de José Roberto, haveria uma sequência, não uma oposição. Chegou o momento em que nós já temos fluidez nos mecanismos de trocas internacionais e de abertura de economia, que requer (e não apenas permite), que olhemos com mais atenção para os setores que podem ser reestruturados internamente. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está fazendo isso.

Gazeta Mercantil – Quais os setores que o BNDES está reestruturando?

Presidente – O BNDES está fazendo isso no setor têxtil, nos setores de calçados e de autopeças. A filosofia do BNDES mudou. Qual era a filosofia do BNDES? Na época, estava certa a política que permitiu o salto do período do presidente Ernesto Geisel, uma política de concentração de recursos nas mãos de poucos empresários, que eram os únicos capazes de criar a indústria de bens de capital, a petroquímica, e de fazer avançar a siderurgia, de dar um salto. Isso foi feito. O BNDES empres-

tava a juros subsidiados e, com isso, foi possível montar essas indústrias. Agora nós privatizamos o que foi feito com base em um tripé: capital estrangeiro, nacional e do Estado. Nós privatizamos as siderúrgicas todas, a petroquímica e a indústria de fertilizantes. A de bens de capital nunca foi estatal. Agora o BNDES mudou de filosofia. Está emprestando para os médios e pequenos. Isso é muito importante. Está emprestando com juros subsidiados. Por que a Embraer vendeu aviões? Porque o BNDES sustentou juros competitivos. Quando eu era ministro da Fazenda discuti-se a privatização da Embraer. Antes mesmo, quando senador, demos-lhe um aporte de dinheiro. Eu e Mário Covas. Como senadores de São Paulo, nos batemos para dar um subsídio de quase US\$ 500 milhões para a Embraer, que estava falindo. Depois, como ministro da Fazenda, encontrei a empresa falida. Graças ao trabalho paciente do ministro Lélío Lobo e da minha compreensão como ministro da Fazenda, e do presidente Itamar Franco, nós privatizamos a Embraer. Entretanto, isso não está em um ponto ótimo. Não temos condições de atender, proporcionando taxas de juros competitivas, ao conjunto da indústria. Mas estamos indo nessa direção. Na agricultura, acabamos com a Taxa Referencial e criamos a TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo). Estamos ajudando a reestruturação dos setores. Eu tinha preocupação com que, no processo de privatização, houvesse uma forte desnacionalização. Aí, de novo, não só os fundos de pensão, mas também o BNDES, criaram condições para que isso não acontecesse. Eu ouço algumas pessoas dizerem: “Ah, a privatização aqui foi feita sem pensar no setor nacional”. Não é verdadeiro. Nós temos que prestar atenção ao setor nacional, mas dentro de novas condições.

Gazeta Mercantil – Que condições são essas?

Presidente – É preciso renovar-se tecnologicamente. É preciso ser agressivo na sua política de venda e não ficar fiado em subsídio. Pode estar fiado em juros equivalentes, para dar condição de igualdade e não de superioridade, o que leva a uma ativação dos fatores tecnológicos.

Gazeta Mercantil – Mas, se o senhor não cria condições estruturais generalizadas na área financeira e decide, ao contrário, favorecer

alguns setores com taxas subsidiadas em relação ao resto do mercado, não estaria, na verdade, consagrando uma deformação na alocação de recursos?

Presidente – Se isso for uma tendência continuada, que leve a uma generalização, sim. Nós baixamos muito as taxas de juros. Ainda há espaço para reduzir os juros, mas não temos condições de baixar mais agora. Estamos tentando baixar. Daí as reformas, daí a angústia de que as coisas não andem, do desequilíbrio fiscal. Esse é o ponto central. Precisamos ter taxas de juros compatíveis, generalizadamente. O que fizemos? Ampliamos em muito o acesso ao crédito externo. Pegue a área agrícola: a cédula rural, a 63, caipira. Quando eu era ministro da Fazenda, a bancada ruralista se opunha à cédula. Levamos dois anos para aprovar a cédula rural. Por quê? Porque todo mundo queria crédito subsidiado do Banco do Brasil, não é?

Gazeta Mercantil – *Parece que o governo adotou um caminho, neste momento, que é o da intervenção setorial, alocando recursos para alguns setores. Isso, em grande parte, com o objetivo de proteger a indústria nacional e impedir a desnacionalização. Há algum sentido nisso de impedir a desnacionalização? Por que é importante?*

Presidente – Porque os Estados Unidos fazem isso. A França e a Alemanha, também. Isso tem a ver com a possibilidade de garantir as variáveis essenciais ao crescimento econômico. Em um mundo globalizado, se você não tiver algumas variáveis sob controle, você pode ter problemas de emprego muito sérios. No Brasil, esta questão do emprego é uma preocupação. Vou dar um exemplo: algodão. Houve muita discussão sobre a mudança. O primeiro impulso foi de abertura. Abriu-se e as pessoas começaram a importar algodão. O setor produtivo de algodão entrou em colapso no Paraná, em Mato Grosso e no Nordeste – desemprego no campo. Do ponto de vista da lógica econômica abstrata, o algodão importado era mais vantajoso para o industrial e, portanto, iria resultar em um produto mais barato e o conjunto da população iria beneficiar-se com isso. Aí fomos ver um pouco melhor para saber por que era mais vantajoso. Por causa do financiamento. Era uma maneira

de fazer o capital de giro, não é isso? Então, é melhor corrigir o financiamento para permitir que a produção nacional possa existir. Com isso, neste ano, a área plantada de algodão se amplia e a oferta de emprego aumenta. Eu não acredito que se deva deixar simplesmente as forças de mercado atuarem. Nessa de liberalismo e neoliberalismo eu estou com o jornal O Estado de São Paulo, que já escreveu dois editoriais muito bons sobre o governo e o que estamos fazendo. Nós não estamos mais em uma época que precise de dogmatismo. Quem precisa de “ismos” para se orientar? Você tem problemas concretos e tem o objetivo. Qual é o objetivo? Melhorar a condição do conjunto da população.

Gazeta Mercantil – Essa preocupação de desnacionalização não é, na verdade, uma herança do passado?

Presidente – Mas onde é que ela existe? Voltamos ao que eu disse anteriormente. Você ainda tem uma contradição entre o poder político e o poder econômico no mundo. O poder político é um poder nacional. As forças econômicas são globalizadoras, não é isso? Por que os Estados Unidos têm problemas com o Nafta? Porque lá nos Estados Unidos o governo está sendo pressionado pelos sindicatos, pelos trabalhadores, pelo empresariado local. Isso é geral. Não se trata de se dar proteção ao nacional, como no passado. Nós não estamos fechando a economia. Estamos dando-lhe condições de competir.

Gazeta Mercantil – O que acontece no Brasil é que o consumidor ainda é uma vítima.

Presidente – A abertura ajudou muito o consumidor.

Gazeta Mercantil – É claro.

Presidente – Por isso mesmo nós não fechamos nunca.

Gazeta Mercantil – A economia precisa da abertura como uma planta precisa do oxigênio.

Presidente – É fundamental. Nós estamos dando – ao País – condições de competir com uma economia aberta. Não é mexer no câmbio para favorecer, não é dar juros subsidiados e fechar as importações. Queremos uma economia aberta em condições de competir lá fora

e aqui dentro. Portanto, é importante que haja capital estrangeiro aqui dentro para competir.

Gazeta Mercantil – Até mesmo na área de serviços parece que a economia anseia pela entrada de participantes.

Presidente – Veja o caso dos bancos. Sugestão da área da Fazenda e decisão minha. Assinei coisas que ninguém assinou, contrariando os interesses do capital financeiro doméstico que sempre quis ficar fechado. Autorizei a entrada de muitos bancos. Agora mesmo entrou a Hong-Kong & Shanghai Banking Corp. Abrimos o capital financeiro. Ainda não conseguimos resolver o seguro-saúde. A população está gritando com o alto custo do seguro-saúde daqui.

Gazeta Mercantil – Dentro dessa sua argumentação da competitividade, há um estudo feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em que se observa que o Brasil estaria abaixo de uma média de pesquisa feita em 19 países. Na área de educação é deficiente e a distribuição de renda é uma das piores. Sem conseguirmos resolver os problemas fundamentais, como educação, distribuição de renda, desequilíbrio fiscal, como crescer?

Presidente – Eu preciso ver os dados. Não acredito nessas comparações internacionais feitas assim. A educação, por exemplo: nós não temos estatísticas confiáveis. Se as coisas fossem tão ruins como se diz, nós não teríamos a mão-de-obra que temos. Todo o mundo elogia a mão-de-obra brasileira. Ao mesmo tempo, quando você vai ver, o índice de escolaridade formal dela é baixa. Alguma coisa está errada. Os dados de distribuição de renda mostram, pela primeira vez, que depois do Real houve uma distribuição de renda efetiva. Ou seja, embora todos tivessem ganho, os mais pobres ganharam mais depressa do que os mais ricos. Há um dado do IPEA que mostra isso com clareza. As estatísticas internacionais não mostram isso. Mostram coisas do passado. Depois, os efeitos dessas mudanças são de longo prazo. Eu me lembro de ter lido um trabalho sobre distribuição de renda na Inglaterra. Ela ficou parada um século. É coisa fácil de falar e difícil de fazer. A renda nos Estados Unidos se reconcentrou. Tão importante quanto a distribuição de renda é o piso

da renda. Isso é o que vai dar o indicativo do bem-estar da população. Isso subiu no Brasil fortemente. Uma coisa, que é perversa, é que o mercado de trabalho no Brasil é regido por leis de outro período, que dão proteção trabalhista do tipo europeu. Os Estados Unidos não têm isso. Aqui se criou um mercado informal de trabalho, que é uma maneira perversa de se ajustar aos novos tempos. É perversa porque não dá garantia ao trabalhador e é perversa porque não dá recursos ao estado por não pagar impostos. Quando você vai ver a renda do setor informal, uma pesquisa única, feita no Rio de Janeiro, mostra que o piso do setor informal é maior do que o do formal e a média também. Isso estará ou não computado nas nossas estatísticas e no Produto Interno Bruto? Eu fico espantado com estatística. Outro dia apareceu uma que dizia que os negros brasileiros são os mais pobres do mundo. Essa estatística não existe. De onde saiu isso?

Gazeta Mercantil – Essa pesquisa feita no Rio de Janeiro demonstra que a informalidade acaba beneficiando o trabalhador. Será que isso não nos ensina alguma coisa? Será que não há excesso de regulamentação no mercado de trabalho e que isso precisa ser modificado?

Presidente – Levaria a pensar. Os dados de que o Brasil está melhor ou pior, eu vejo com muita cautela.

Gazeta Mercantil – A sociedade brasileira está acostumada com um tipo de Estado-empresário que faz investimentos. Na cabeça dos economistas modernos existe um outro tipo de Estado que a sociedade não conseguiu entender. Qual é o desenho desse novo Estado e quais são suas atribuições?

Presidente – O Estado está mudando. Eu quero que mude mais. Alguns empresários e economistas dizem que havia uma expectativa (disso ou daquilo). Bom, mas eu não posso preencher expectativas que não criei e que não são preenchíveis. Estes dias me perguntaram: se o senhor for reeleito vai acabar com a pobreza no fim do seu segundo mandato? Eu não sou demagogo. Como acabar com a pobreza em quatro anos? Isso não existe; é um processo. Precisa de muito tempo de crescimento, de políticas específicas. Educação é a mesma coisa. O que

se tem que perguntar é se o rumo mudou. Estamos investindo em educação fundamental, coisa que não existia. Os professores vão receber em casa 10 volumes de livros. Hoje há escolas para todas as crianças no Brasil. Não significa que todas as crianças estejam na escola. Não estão dentro da escola porque há repetência, que estamos combatendo. Isso é o que os economistas e empresários precisam entender. É um processo. Não dá para apertar um botão e as coisas mudarem. Eu aqui quero me queixar um pouquinho de uma coisa. Na hora em que há uma votação importante na Câmara Federal para mudar as coisas, quem está lá fazendo *lobby*? São os que são contra. E os a favor onde estão? Estão torcendo, sem fazer nada? Não é interesse do governo, é do Brasil. Não é a imprensa que está desinteressada. São os empresários, são os que são a favor, que costumam ficar olhando. Dá a impressão de que o governo é um gladiador na arena, cercado de leões, e que o pessoal que está na arquibancada levanta o dedo ou abaixa o dedo, como faziam os romanos, quando, na verdade, é o conjunto da sociedade que tem de estar lutando para mudar.

Gazeta Mercantil – O senhor falou em resolver o problema da pobreza pela via do processo gradual, pela via do crescimento e de programas específicos. No entanto, alguns vêem o seu governo diante de uma encruzilhada: ou modifica a política cambial ou produz uma recessão, para que os preços relativos acabem ajustando-se aos do mercado internacional.

Presidente – Acho que as duas coisas estão erradas. Nós inovamos nessa matéria. É curioso como as pessoas, mesmo que reconheçam isso, o reconhecem segmentariamente. Ouço freqüentemente afirmações de que o Plano Real pertence à história do controle da inflação. Só que o Real não é um plano de controle da inflação. O que aconteceu no Brasil é muito mais que isso. Estamos diante de uma mudança de padrão da sociedade. Não estamos diante de uma mudança econômica. Estamos criando uma nova sociedade e isso não está aparecendo porque as pessoas estão vendo somente a nova economia: o controle da inflação. Mesmo que não houvesse controle da inflação, nós estamos mudando a sociedade. Eu era ministro das Relações Exteriores e cansava de dizer isso lá

fora. Mesmo como senador, fiz um discurso e fui muito atacado porque era a favor da abertura. Defendia uma inserção soberana na nova ordem internacional. Já estava ocorrendo uma mudança, por causa da globalização e devido ao potencial imenso do Brasil. Quando eu era ministro das Relações Exteriores, por causa da inflação, eu tinha muita dificuldade em afirmar que estávamos crescendo. Depois, quando fui ministro da Fazenda, dizia que a economia brasileira já estava líquida. O empresário já se havia ajustado. Só faltava o Estado. Já tinha havido a mudança. O Estado estava atrasado. Agora nós temos de nos colocar em compasso de espera. O Estado mudou e a sociedade ainda não percebeu. Pegue as exportações, por exemplo. Nós já tomamos muitas medidas a favor das exportações. Que haja exportadores. Exportar é uma coisa que o Estado não pode fazer. Cabe aos empresários. Não adianta depois pedir para que o Estado vá lá fazer, porque vai fazer mal feito. É preciso que a sociedade veja que o Estado já mudou. Houve avanço na concepção do governo. Esta nova sociedade precisa ser ressaltada. Então, muita gente diz: câmbio ou recessão. Não percebe que não é nem câmbio nem recessão. Nós entendemos que há uma nova sociedade em que o câmbio não é mais um fator que impulsiona o crescimento das exportações, é a produtividade. E que a recessão não é aceita aqui. Nós não vamos pagar esse preço e nem precisamos. E que, apesar de toda a necessidade de reformas, e mesmo com a lentidão delas, o Estado tem recursos para manter a inflação sob controle. Eu disse o óbvio: temos uma riqueza enorme, que a privatização está mostrando. Temos recursos e espero que não cometamos erros, até porque a sociedade é aberta e, quando o governo começa a errar vem a crítica e isso ajuda a corrigir. Nós não somos uma sociedade de partido único, de imprensa amordaçada, de clientelismo muito forte nos estados. Acho aquela dicotomia falsa. Temos recursos para, sem cair na recessão nem mexer no câmbio, manter a situação sob controle.

Gazeta Mercantil – Agora, desse jeito dá para crescer quanto? Todo mundo vem dizendo que 4% é pouco.

Presidente – Todo mundo vai dizer que é pouco porque esqueceu que nós crescemos em ziguezague: dois por cento em um ano e menos dois por cento no outro. É claro que quanto mais crescermos, melhor. O

fundamental é crescer no rumo certo. Sem provocar a inflação. Sem que o crescimento seja bolha de consumo ou de investimento por fatores de protecionismo. Desejamos, portanto, um crescimento continuado. O que importa é que a taxa de desemprego não cresceu no Brasil. Ela cresce na imaginação e na ameaça. Muita gente pensa que o que vai acontecer no Brasil é o que aconteceu na Europa. Não é. Porque nosso padrão de organização social não é europeu. É americano. Aqui, há um deslocamento econômico regional de empresas e de mão-de-obra, coisa que não existe na Europa. Aqui, a pessoa muda de profissão, coisa que não acontece na Europa. Nós somos americanos. Não acho ruim. Temos maior mobilidade e temos fronteira agrícola. Não há ameaça catastrófica de o desemprego galopar, o que permite que, mesmo com taxas de crescimento de 3% a 4%, não tenhamos agravamento da questão social. A população hoje está crescendo menos. É claro que eu gostaria que o PIB estivesse crescendo 6% ou 7% ao ano. Só que não podemos crescer 6% ou 7%, e criar uma crise de reservas ou pressões inflacionárias que não podemos enfrentar.

Gazeta Mercantil – O nível de atividade vem caindo e é pouco provável que, mesmo diante da proximidade das eleições, a economia cresça mais. Na eleição passada, o senhor foi para o palanque vendendo a estabilidade da moeda e o fim da inflação. A expectativa das pessoas era de uma melhora no nível do crescimento da economia. Que idéias novas o senhor vai vender nas próximas eleições?

Presidente – Eu digo já. A expectativa de que o ritmo de atividade caia não é correta. A população não sabe qual é o PIB. Ela quer saber se tem emprego e comida. Quem sabe de PIB são os economistas, principalmente os de oposição. Querem usar isso como argumento do contra, mas isso não chega à base. Não está havendo piora no Brasil. Está havendo melhora, e quem vê isso é o povo. Por que estaria piorando? Veja os índices de consumo. Como se pode falar em dificuldades quando o mercado absorve 15 milhões de televisores, em dois anos? Quando há uma expansão de 50% no setor de informática, em um ano? Quando há um assustador aumento na produção de automóveis? Isso são idéias de pessoas que nunca foram às ruas.

Gazeta Mercantil – O senhor falou na reforma do Estado, na reforma da consciência nacional, na reforma da sociedade. Permita-me fazer-lhe uma pergunta, que não é absolutamente capciosa, uma armadilha. Esse modelo de democracia nos serve neste momento? Esse Congresso, com centenas de membros, cujo desempenho nem a imprensa consegue monitorar...

Presidente – É porque eles são dinâmicos.

Gazeta Mercantil – Não seria muito mais fácil, Presidente, não seria um gesto patriótico começar a reexaminar essa estrutura? Porque não está escrito em manual algum que democracia precise ter esse formato e, principalmente, que a Câmara dos Deputados tenha de ter tantos membros que emperram seu funcionamento.

Presidente – Acho que é indiscutível que temos de fazer uma reforma política. Então, você vai dizer: por que o governo não a propôs? Se nós a propuséssemos, estaríamos discutindo reforma política e mais nada. Ex-post é mais fácil. Hoje, todo o mundo diz: é, deveria começar com não sei o quê. Acontece que, se não tivéssemos começado pela quebra do monopólio, não haveria crescimento econômico. Se não tivessem sido aprovadas as leis de concessão dos serviços públicos e privatizações, a lei de telefonia e a lei de sociedade anônima, não teríamos investimentos no nível que temos hoje e todo o resto não teria acontecido. Se tivesse ido primeiro pelo caminho político, institucional, e não econômico, eu estaria até hoje discutindo políticas institucionais. É muito difícil mexer em assuntos de política eleitoral e partidária porque eles tocam diretamente no interesse dos parlamentares. Eu fui parlamentar muitos anos e sei disso. Agora, isso vai ter que ser feito. Eu sempre propugnei, e continuo propugnando, pelo voto distrital misto. Acho que isso é importante. Mas não vai poder haver voto distrital misto sem que se discuta a regra da proporcionalidade da população em relação a seus representantes no Congresso. Essa regra foi quebrada pelo governo autoritário, que, no pacote de abril, aumentou, sobre-representou algumas regiões do País em detrimento de outras. Esse é um tema. O Senado está cuidando disso através da emenda do senador Sérgio Machado, que

é líder do meu partido. Estão tentando mexer nessa questão, que é muito importante. Acho que para dar vitalidade à nossa democracia, respeitabilidade, legitimação à democracia, é preciso que haja uma reforma eleitoral para que o povo confie mais no Congresso. Desde que fui eleito presidente, nunca tive dúvida de que o caminho tinha de ser de respeito ao Congresso. Muitas vezes surgem afirmações absolutamente irresponsáveis a respeito de minha conduta, feitas às vezes por parlamentares de oposição, às vezes por promotores, por membros do Judiciário e por outros, de que estou abusando. Não estou abusando de nada. Estou seguindo a Constituição, rigorosamente. Eu sempre mantive, e mantenho, um diálogo muito fluido com o Congresso, o que, até do ponto de vista eleitoral e popular, me prejudica. A população vê isso. Quando o presidente não está mostrando as obras que está fazendo ou discutindo as questões práticas do povo e discutindo as questões institucionais, ele perde. Eu sei. Por que eu fiz isso? Porque as experiências feitas no Brasil de tentar mudar sem o Congresso não deram certo. Nunca deram certo. Ou o presidente estabelece uma relação de mútuo respeito com o Congresso e aí as coisas podem avançar, ou, o contrário, e, então, empacam. Empacaram com o Jango, com o Jânio, com os militares e empacaram com o Collor. Eu tenho concepção bastante amadurecida de que o Congresso é parte fundamental do jogo democrático. E mesmo que isso me custe um desgaste, eu suporto porque a gente precisa ter objetivos de longo prazo. O meu objetivo é enraizar a democracia. Acho isso muito importante. Se eu quisesse fazer um atalho, em vez de seguir o caminho que tracei, tropeçaria. Isso sempre esteve longe do meu pensamento, mas não diminui a importância da sua observação. Para que o Congresso possa ser o que deve ser, é preciso uma reforma eleitoral. Não se esqueçam de que eu fui favorável ao parlamentarismo e continuo sendo. Não pode haver parlamentarismo sem reforma partidária e eleitoral.

Gazeta Mercantil – E o desenho desse novo Estado, qual é?

Presidente – Este ponto em que vocês tocaram é importante. Eu disse, quando tomei posse, que iria colocar um fim na era Vargas. Este Estado foi formado, basicamente, por dois impulsos autoritários: o do getulismo do Estado Novo e o do autoritarismo militar. Este Estado que,

hoje, a esquerda defende é produto de dois momentos autoritários do Brasil. É um Estado onisciente, onipresente e onicontrolador, em que se confundia o bem da nação com o bem do Estado. Não acreditava no povo e não acreditava na sociedade civil. Isso acabou. O Estado está montado para isso. É um Estado que, ao ser montado, ficou incrustado de interesses privados e de interesses clientelistas do setor político – os dois se fundem.

Qual é a nossa luta para acabar com isso, nesta nova sociedade? Aí vou falar de três linhas. A primeira é que se tem de deixar de ser um Estado produtor, a não ser em áreas específicas, para ser promotor, regulamentador e fiscalizador. Isso são as agências de energia, petróleo, transporte, telefonia. Vamos desestruturar todo aquele aparelho burocrático que controlava as empresas dessas áreas, dava monopólio e, quando não havia monopólio, botava uma canga no setor privado, como no caso da energia elétrica. Depois, acontecia o contrário: o setor privado entrava no Estado, ficava aliado à burocracia, fazia os anéis burocráticos e controlava todas as decisões, sufocando a sociedade. Nós estamos acabando com isso. Saiu na televisão uma notícia de que eu iria acabar com os Ministérios. É preciso entender bem. Não é amanhã. Isso não se faz assim. O Congresso está aprovando os mecanismos de criação de um espaço público que não seja estatal, onde haja regras aprovadas pelo Congresso e pela sociedade, que serão estáveis e que não vão flutuar de acordo com o interesse privado incrustado no Estado ou no clientelismo. Isso está em baixa. O Cade é um exemplo disso. Estamos substituindo algumas funções. Fechamos então a Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços); nós não vamos controlar preços. Agora temos o Cade, a SDE (Secretaria de Defesa Econômica), que são os novos instrumentos. Não estamos abolindo o Estado pelo que chamam de neoliberalismo, onde o mercado vai fazer o que quer. Não, não. É outra coisa: de que maneira o público vai controlar o seu agente público? Com regras claras. É o que está acontecendo. Privatiza-se e, ao mesmo tempo, cria-se sistema de controle para evitar o que aconteceu em outros países, onde a privatização sem controle se transformou em monopólio ou resultou em alta de tarifas.

A segunda grande linha de mudança é na área social, em que o Estado vai ter de investir mais, mas também terá de investir em vinculação estreita com a sociedade, no setor de saúde, educação, previdência e no campo. Na educação, estamos descentralizando, passando atribuições para os estados e municípios e o ministério começa a fixar diretrizes, para dar autonomia às universidades. Não a autonomia em que ela é autônoma para gastar e o Tesouro Nacional paga. Há um projeto no Congresso para as universidades disporem livremente até de fixação dos salários para os professores, mas terão de responder à sociedade pelo dinheiro. Estamos descentralizando a educação e criando seu controle pela sociedade. Estamos quebrando muito coisa no Ministério da Saúde. Fechamos a Ceme (Central de Medicamentos), fechamos o Inam. Estamos reformulando a questão das vacinas com muito resistência. Veremos o que fazer com o Conselho Nacional de Saúde. É muita coisa a ser feita e, ao fazer isso, acabamos quebrando o vínculo clientelístico, que estava ligado aos partidos e parlamentares, por meio da definição de prioridades na distribuição de recursos. A mesma coisa ocorre na Caixa Econômica Federal com a mudança que estamos fazendo na questão da habitação. Demorou, mas agora estamos fazendo 500 contratos por dia. Aí não entra mais o deputado, o prefeito ou o ministro.

Gazeta Mercantil – Essa é, também, uma parte da herança getulista com que o senhor quer acabar?

Presidente – É. Essa mudança é a do comportamento da burocracia, que é muito difícil. Aí vem a terceira linha, que está no Congresso, que representa a reforma administrativa.

Gazeta Mercantil – Esse processo de reforma do Estado implicará uma redução da necessidade de recursos que o governo extrai da sociedade?

Presidente – Não significa. A sociedade continua precisando de recursos do Estado. Só precisamos saber em que áreas. Vamos ter que usar os recursos mais produtivamente em saúde, educação, ciência e tecnologia.

Gazeta Mercantil – Não há espaço, então, para reduzir a carga dos impostos do Brasil?

Presidente – Não posso falar disso abstratamente. Já reduzimos muita coisa. Temos hoje só duas alíquotas de Imposto de Renda, aperfeiçoamos o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, diminuimos o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas exportações e investimentos. Fizemos o Simples para a microempresa. Muito do que se chama de reforma tributária, nós fizemos sem a reforma da Constituição. Este novo Estado vai precisar de dinheiro. Não se acaba com a pobreza do Brasil sem educação, sem saúde. Precisa-se de dinheiro. Inclusive, para a questão agrária. Isso leva algum tempo. O Estado levou 50 anos para ser montado e vai levar de 5 a 10 para ser remontado. Isso está em marcha.

Gazeta Mercantil – Uma premissa fundamental para a estabilidade econômica do País é controlar o déficit público. Com a desigualdade social que possui, tem o Brasil condições de zerar seu déficit fiscal a curto prazo ou teremos que conviver com ele por muito tempo?

Presidente – Não podemos correr o risco de recessão ou apertar de tal maneira que a consequência seja o aumento do desemprego. Ainda que o tempo seja maior, temos que levar em consideração esse fator. O déficit consolidado do setor público, incluídos os estados, indicou expansão dos gastos com pessoal. Só que isso não ocorreu com a União. No meu governo, o gasto com pessoal diminuiu, apesar de não haver nenhuma lei para isso. No ano passado, houve redução de US\$ 1 bilhão com pessoal e este ano também. Estamos segurando os gastos. Também não houve aumento de gastos com investimentos nem de gastos correntes. A expansão explosiva das despesas públicas vem basicamente da Previdência Social. Se conseguirmos mudar nosso sistema de distributivo para contributivo, ou seja, se a pessoa só se aposentar depois de contribuir por alguns anos, isso dá uma melhoria grande. Agora, com essa sugestão do Raul Velloso, que incorporamos, desanuvia-se a questão da previdência pública. Há um projeto no Senado que dispõe sobre isso: criar um novo sistema contributivo para todos os futuros funcioná-

rios públicos e estabelecer um fundo de ativos e recebíveis da União para assegurar a transição.

Gazeta Mercantil – Ninguém espera que seja eliminado o déficit público da noite para o dia. Mesmo as organizações multilaterais não querem ver o seu desaparecimento súbito, mas um progresso continuado e persistente. É este o sentido da determinação que o senhor tem passado à equipe econômica? O senhor quer enviar um sinal ao mercado de que o déficit será reduzido?

Presidente – Isso. Estamos persistindo nisso. Aqui as coisas sempre estão sob controle e vigilância. Temos mecanismos de controle, o pessoal se reúne. Não há risco de o déficit sair do controle. E há ainda os ativos da União, que são imensos. Vou dar exemplo: temos cubada uma quantidade imensa de petróleo. Esse petróleo é da União e não da Petrobrás.

Gazeta Mercantil – O senhor já disse isso à Petrobrás?

Presidente – Bom. Vamos fazer a Agência de Petróleo e aí ela vai ver. Podemos usar isso como quisermos. O petróleo é um ativo que nós nunca pensamos em usar como recebível. Nunca pensamos.

Gazeta Mercantil – Pode fazer uso desse petróleo que ainda é uma reserva?

Presidente – Posso. Isso é dinheiro.

Gazeta Mercantil – Pode usá-lo numa operação de recebíveis no mercado financeiro?

Presidente – Claro. Nunca ninguém pensou nisso. Isso não é uma proposta. Só quero dizer que se tem esse tipo de recurso. Se se usar essa reserva em um fundo desses, meu Deus, acabou-se o déficit. No que diz respeito à telefonia, só na banda “B”, temos de US\$ 6 bilhões a US\$ 8 bilhões. Isso é só um papel que eu assino. Nós estamos começando a valorizar os ativos do Estado. Então, não estamos vivendo sob uma ameaça de catástrofe, desde que tenhamos competência.

Gazeta Mercantil – Eu volto a uma pergunta com certa relutância. O senhor demonstrou, na nossa última conversa, preocupação com a capacidade do governo de formular os próximos passos; se o governo teria imaginação suficiente para iniciar a segunda etapa do Real. O senhor acha que hoje encontrou as respostas?

Presidente – Acho que sim. Nós andamos batendo a cabeça para saber o que fazer, mas, nessas várias áreas, nós temos respostas. Tanto que estou dizendo que a linguagem que o Brasil precisa assimilar é a da nova sociedade. A questão econômica não está resolvida, mas está equacionada. Agora, essa nova sociedade requer mais justiça e igualdade, liberdade, mais sentido de que as coisas estão andando. Mais confiança e mais eficiência é o de que nós precisamos. Vivemos desde os anos 80, mais precisamente desde a crise de 1982, sob o tormento da falta de recursos: a inflação e a falta de recursos vinham juntas. Esse tormento levou a uma profunda desorganização de tudo, principalmente do setor público. Levou à ditadura do Tesouro, que libera a verba. O ministro da Fazenda era o primeiro-ministro. Era só não pagar, que a inflação resolvia o problema do desequilíbrio orçamentário. A administração da atividade-fim passou a não ter peso. A atividade-fim passou a ser consumida pela atividade-meio. Com a estabilização, com certa organização que fomos impondo progressivamente na área financeira, no orçamento e na distribuição de recursos, estamos começando a assistir a uma nova fase: há dinheiro e não se faz. Então a gestão passa a ser mais importante do que os recursos. Nós hoje temos, na Caixa Econômica, daqui até o final de 1998, US\$ 17 bilhões para gastar em saneamento e habitação. Nós temos no BNDES US\$ 12 bilhões este ano. Temos no Banco do Nordeste US\$ 4 bilhões. O BNDES está gastando. O Banco do Nordeste promoveu uma modificação substancial – está gastando, e bem, com os pequenos produtores do Nordeste. O banco fazia 20 mil contratos por ano. Agora está fazendo 20 mil contratos por mês. É que foi criado um agente de desenvolvimento da comunidade, que vai ao local para dar apoio à atividade produtiva. A CEF está fazendo 500 contratos de moradia por dia e vai chegar, no segundo semestre, a mil contratos por dia. Com o tempo, a população vai acabar sendo benefi-

ciada. Na administração direta já havia setores que não faziam gestão e controle, não porque não tivessem dinheiro, mas porque não tinham organização, prioridade definida. É por isso que nós temos o programa Brasil em Ação. Aí dá para acompanhar o cronograma da obra e a liberação de recursos.

Gazeta Mercantil – A taxa de juros do setor habitacional ainda é alta. Qualquer um que tome empréstimo habitacional, com os atuais juros, estará endividado em 10 anos.

Presidente – Isso mudou. As taxas de juros caíram. A nova taxa é de 6,5%, igual à inflação.

Gazeta Mercantil – Um dos grandes problemas do Brasil é o da intermediação financeira. Na verdade, não existe um sistema de intermediação no Brasil. Esses recursos todos são repassados aos bancos privados e acabam não chegando ao tomador final, em função do spread, que torna as condições inaceitáveis.

Presidente – No passado, isso pode ter sido verdadeiro. Só que, atualmente, isso é menos verdadeiro. Hoje está havendo tomador de recursos habitacionais. Estamos mandando ao Congresso uma modificação muito importante. Vamos ter dois sistemas de financiamento da habitação: um, que é este sistema da Caixa, e outro, de mercado. O sistema de mercado é igual ao dos Estados Unidos, onde se organiza a securitização e se consegue fazer com que haja financiamento de 30 a 40 anos para a classe média. Ou seja, é preciso aumentar a competição entre os bancos, com abertura ao capital externo. Na agricultura, houve uma mudança tremenda. Levamos dois anos para acertar e as taxas de juros caíram. Acho que, olhando o Brasil, vamos ver que o rumo está certo.

Gazeta Mercantil – Falando de agricultura, ninguém ignora a importância e a necessidade extrema de se fazer a reforma agrária no Brasil. Desde que seja racional. Agora, por que o governo demonstra certa leniência para com os sem-terra, que querem promover essa

reforma pela força, que, recentemente, invadiram o gabinete do ministro Antonio Kandir de maneira violenta e inaceitável, certamente, para o seu governo? Por que não ser igualmente leniente para com os sem-teto, os sem-automóveis, os sem-fogão? Não é preciso haver um braço mais energético do governo nessas coisas?

Presidente – E os sem-paciência. Essa é uma questão política. Não é uma questão econômica. Acontece que houve uma espécie de casamento entre a opinião pública brasileira e a questão agrária. Chegou-se a um ponto extremo. Todo mundo achava que o grande problema do Brasil é o da terra, o que não é verdadeiro. O governo tomou todas as medidas para desestruturar o latifúndio improdutivo. Todas. Daqui a cinco ou seis anos esse assunto morreu. Aliás, deveria ter morrido no século passado. Não obstante, o movimento dos sem-terra está organizado ao redor da idéia de que o latifúndio manda no Brasil e de que eles têm de contestar o latifúndio pela desapropriação. É uma perspectiva equivocada, mas que tem o apoio da sociedade. E apoio por uma razão correta: a miséria é grande no campo. Nós fomos muito lenientes em aceitar o latifúndio e no meu governo isso mudou profundamente com o Imposto Territorial Rural e com o rito sumário da desapropriação. Estas últimas medidas são mais eficazes do que a desapropriação. Agora tomamos uma medida mais dura de que terra invadida não será vistoriada. Só agora, depois que ficou claro para a sociedade que não era o governo que era intransigente. Eu propus a negociação com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Eles é que mostram intransigência. Você falou da Contag, que invadiu o gabinete do Kandir. Os invasores só não foram presos porque a polícia não era minha. Se fosse minha, estavam presos todos. Eu disse de manhã: cerquem o prédio e prendam todos, mas a polícia é do Distrito Federal. Passou do limite. A sociedade sabe que passou do limite. Então, politicamente, só foi possível tomar as decisões que tomei depois. Só agora pudemos criar o banco da terra. Colocamos o BNDES junto e criamos a possibilidade de dar acesso à terra sem passar por essa idéia de que é necessário desapropriar o latifúndio. Tem-se a concepção de que a terra é abundante, o preço, barato e de que via mercado dá para fazer. Espero que sejamos mais enérgicos nessas áreas.

Meio Ambiente²

Quero aproveitar a oportunidade deste encontro, que caracteriza bem o momento atual da questão do desenvolvimento sustentável, para fazer algumas reflexões e, ao mesmo tempo, analisar a própria evolução da sociedade brasileira. Infelizmente, não participei da Rio 92, quando era senador por São Paulo.

Ela produziu um impacto enorme e gerou expectativas em âmbito mundial, provavelmente acima do que seria possível realizar, porque os temas desenvolvimento sustentável e meio ambiente ainda não tinham ganho repercussão universal, nem, tampouco, haviam sido aceitos oficialmente pelas Nações Unidas.

Não obstante, já se percebia que nos estávamos distanciando de outra época, na qual desenvolvimento tinha pouco a ver com a sociedade e, praticamente, nada a ver com o meio ambiente. A própria idéia de desenvolvimento era muito atada a uma dimensão mais pobre: a do crescimento econômico, medida, basicamente, por indicadores como o produto *per capita* de cada país.

Na famosa conferência de Estocolmo, na qual o Dr. Strong desempenhou um papel tão importante por alertar a humanidade sobre as questões ambientais, a posição do governo brasileiro foi, pura e simplesmente, sem propósito, ao dar graças à poluição. Esta, na época, significava industrialização e riqueza. O bem-estar para todos viria mais tarde.

Isso mudou muito. Na Rio 92, ninguém diria mais um disparate dessa natureza. A idéia de desenvolvimento já não englobava apenas a dimensão da produção econômica propriamente, mas também as dimensões social e ambiental. Já se tratava de um conceito muito mais complexo, talvez de difícil compreensão imediata para o senso comum, mas de conseqüências vitais para o conjunto das políticas públicas.

(2) *Versão editada do discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da Reunião Rio+5, no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de março de 1997.*

Muitas transformações ocorreram no mundo desde 1992. O Sr. Gorbatchev, aqui presente, foi o primeiro dirigente de um país de importância mundial a chamar a atenção, em seu livro, há muitos anos, para as modificações que estavam ocorrendo no mundo, e a dizer que o desafio do meio ambiente era de tal monta que, de alguma maneira, englobava e, quem sabe, até superava o conflito de classes.

A dimensão desse desafio não permitia mais pensar os problemas do mundo a partir apenas do conceito de Nação, e menos ainda de Estado-Nação, porque havia necessidade de uma convergência e de uma reflexão que fosse além dos limites da classe, da organização política de um Estado e de uma cultura nacional.

O propósito desse tipo de consideração era criticar a corrida armamentista, mostrando que ela levaria à desagregação do planeta e que, então, não haveria vencedores. Portanto, acabaria a razão fundamental da guerra, que seria a imposição da vontade de uns sobre outros, já que todos se liquidariam no próprio processo bélico.

Creio que isso teve um impacto maior sobre o conceito da política do que foi avaliado, embora eu possa estar fazendo uma injustiça, por estar afastado dos meios acadêmicos.

Portanto, em 1992, já se colhia o fruto de muitas mudanças ocorridas no mundo. Havia a consciência da necessidade de o pensamento ser, realmente, universal, porque, conforme alguns afirmavam com outros propósitos e linguagem, estávamos vivendo numa “aldeia global”, ao se referir ao planeta Terra.

Se algo de novo marcou essa abordagem do desenvolvimento social, político, econômico e do meio ambiente, foi a percepção exata de que estamos lidando com um fenômeno que tem uma dimensão muito ancorada no cotidiano, no local, mais até do que no regional. E, ao mesmo tempo, uma outra dimensão, que é a universal.

Não é mais possível pensar em desenvolvimento sustentável nem em política – e já falarei desse assunto – sem entender que estamos lidando com essa dualidade. Ao mesmo tempo em que há uma referência

muito local, existe também uma referência universal. Por isso citei a reflexão do Sr. Gorbatchev sobre o problema da política no mundo: um momento em que, de um lado, se arrebetam as fronteiras, de outro, a própria noção do desenvolvimento sustentável recompõe, não a fronteira, mas a referência necessária ao particular, ao peculiar, ao específico, ao local.

É nessa dualidade entre o local e o universal que hoje devemos situar as políticas e o pensamento a respeito do que seja o desenvolvimento sustentável. A própria noção que nasceu, primeiro, do pensamento econômico do desenvolvimento, depois, da confluência entre o desenvolvimento econômico e as questões colocadas pelos ambientalistas, em seguida, evoluiu para uma nova dimensão: não haverá desenvolvimento sustentável, nem em dimensão econômica, nem em dimensão propriamente ambiental, se não houver democracia. E democracia compreendida também sob essa dualidade, ou seja, como alguma coisa que diga respeito a regras gerais e a regras imediatas e locais.

O embate relativo à questão contemporânea do desenvolvimento sustentável me parece um pouco falso se não se perceber a ligação entre o local e o geral, entre aquilo que está fora do Estado e o que está dentro do Estado, entre o que é necessário para que a economia cresça e o que é essencial para que a sociedade não sofra com esse crescimento, entre o que é necessário preservar e o que tem de ser transformado.

É tão complexa essa realidade, assim como os conceitos que estão sendo elaborados para captá-la, que, muitas vezes, já estamos praticando algo novo, mas estamos usando conceitos ainda incapazes de definir a riqueza dos matizes e as multiplicidades dos aspectos diversos que estão sendo englobados por essa nova prática.

É aí que se coloca o grande desafio. Só haverá, realmente, desenvolvimento sustentado, se formos capazes de criar sociedades democráticas, não somente no sentido restrito da democracia como forma de representação política e de renovação das elites dirigentes, mas como forma de entrosamento das decisões dos grupos locais com os processos decisórios mais globais, sem que uns pensem que podem viver sem os

outros. Porque quando uns pensam que podem viver sem os outros, dá-se uma dialética perversa.

Costumo repetir uma expressão que tomei emprestada de um sociólogo espanhol, amigo meu, o professor Manoel Castells, que se referia à democratização como base das transformações, assim como à sustentação que estão dando a este processo as organizações que eram chamadas de não-governamentais e que ele qualificou de neo-governamentais.

A primeira reação à expressão “organizações neo-governamentais” é por vezes negativa, porque dá a impressão de que se deseja cooptar, manipular ou desqualificar a organização da sociedade. Mas não é isso. No mundo moderno, se quisermos ter, não apenas o desenvolvimento sustentável, mas uma política sustentável, tem de haver entrosamento entre governo e sociedade sem que haja absorção de um pelo outro, mas diálogo frutífero. Senão, a conversa será de surdos, na qual uns cobram e outros não pagam dívidas porque não têm como fazê-lo; uns dizem que está havendo descaso e outros dizem que está havendo queixa infundada.

E, a partir daí, não há diálogo-possível, devido à falta de verdadeira compreensão do desafio que se coloca não apenas para governo e sociedade, mas, também, para a humanidade. É um desafio que se coloca de tal maneira que, ou se criam formas de participação que conduzam à decisão, ou o próprio conceito de desenvolvimento sustentável fica sendo só um conceito e não tem força para transformar-se em prática. Esse é o nosso desafio.

De 1992 para cá, caminhamos um pouco, certamente muito menos do que seria desejável ou que gostariam aqueles que têm consciência do processo de desenvolvimento e de meio ambiente.

Seria, porém, equivocado imaginar que não se caminhou mais porque faltaram decisão, vontade e recursos. Isso talvez seja, em parte, verdade, mas faltou muito mais do que isso. Faltou uma prática nova que implicasse esse permanente diálogo, esse permanente debate e busca de formas que resultassem numa transformação concreta.

Não sou daqueles que têm uma visão pessimista da humanidade; porque tal visão não coincide com meu pensamento. O pessimismo faz parte do pensamento conservador. Quem é pessimista não tenta mudar porque, de antemão, não acredita na possibilidade de mudança.

Existe um livro de um amigo nosso, Albert Hirschman, sobre a retórica reacionária, que é admirável. Aí se vê claramente que o pessimismo é o maior motivador do conservadorismo. Ou se assume uma posição de acreditar que seja possível fazer ou nem sequer se tenta fazer coisa alguma. Ao mesmo tempo em que se deve ter uma visão, a meu ver, otimista das transformações, é preciso evitar, isso sim, que se vá ao embalo do puro otimismo.

Não sou dos que têm, nem mesmo quanto à questão ambiental, uma visão puramente crítica. Quem não tem uma visão crítica ou é ingênuo ou é incapaz de avançar. Mas quem tem uma visão exclusivamente cética é um conservador. É preciso ter, ao mesmo tempo, uma visão crítica e uma proposta generosa, inclusive a crença na capacidade de o outro fazer algo e na possibilidade de sua transformação.

Isto vale do ângulo do governo e da sociedade civil, e, também, das oposições entre o econômico e o social, entre o político local e o universal. É preciso ter uma visão um pouco mais generosa do processo histórico, que identifique modificações importantes, mesmo que elas tenham sido aquém do desejado. É preciso buscar, no que existe de mudança, motivação para avançar ainda mais, e não para, simplesmente, apontar o que não se fez. Mesmo quando as pessoas, equivocadamente, têm uma visão um pouco mais acanhada do processo, o progresso existe. Esse processo está ocorrendo, inclusive no Brasil.

Há cinco anos, não existia a consciência atual sobre o que, pelo menos, devesse ser feito. Mudou. Mudou bastante, em termos de consciência, de pressão e pela necessidade quase compulsiva de olharmos as dimensões ambiental, social e ética do desenvolvimento.

Quando se formula a dimensão ética de um processo político ou de um processo econômico, é que se começa a ter uma visão mais

abrangente. O conceito de desenvolvimento sustentável tem de incluir, também, as questões da equidade e da democracia.

É um tremendo desafio. É um desafio que, possivelmente, seja mais fácil de ser resolvido nos países onde já existe uma consciência dos processos ecológicos, avanço econômico e formas de sociabilidade maior. A heterogeneidade dificulta, muitas vezes, o processo decisório e a implementação das decisões.

Mas – se posso dizer assim – é uma questão civilizatória a que inclui a absorção por parte da sociedade, inclusive governo, desses novos valores. Isso requer uma espécie de – a expressão é antiga – “engenharia política e social”, que permita a criação de instituições, de instrumentos e mecanismos capazes de propiciar avanços.

Num país com a vastidão do Brasil, onde existem desigualdades e muitos outros problemas que devem ser enfrentados, já dispomos de conhecimento sobre tragédias que estão acontecendo: monitoramos a queima da Amazônia, semanalmente; temos condições de acompanhar, com a ajuda de satélite, a derrubada de árvores pelos madeireiros que invadem certas regiões. Mas não temos condições plenas para interrompê-la completamente, embora a luta continue.

Baixamos decretos. Proibimos, recentemente, a exportação de mogno por dois anos. Será que vai ser eficaz? Ou isso vai incentivar ainda mais a destruição da árvore e o contrabando? Qual o controle de que dispomos? Onde está o Estado? Mas, nessas regiões, quase não há Estado. Quase não há instituições públicas capazes de impor a lei. Necessitamos de mais e melhores dados e logo poderemos adotar novas medidas. Se não houver, portanto, uma ampliação do compromisso do conjunto da sociedade com as decisões tomadas, elas estiolam. Debateremos questões sobre os Povos da Floresta, os seringueiros e demais problemas da Amazônia. Tomamos algumas medidas. Vão ser eficazes?

A eficácia não depende, simplesmente, da consciência e da vontade, mas, também, da existência de formas organizacionais que levem às decisões e à sua execução. Por sua vez, essas formas dependem de um grau de consciência e de confiança da população. É difícil, muitas vezes,

estabelecer um clima de confiança em situações de tão escassas possibilidades de ação efetiva. É preciso que se estabeleçam, portanto, mecanismos que sejam neo-governamentais e capazes de mobilizar as populações para que ocorram os processos desejados.

É claro que estou me referindo, aqui, a situações extremas: queima de floresta, má utilização ou dificuldade na exploração racional da floresta. Mas o mesmo se aplica a outras áreas: lixo urbano e poluição da Baía de Guanabara, por exemplo. Os processos são lentos e enervantes. O Banco Mundial gasta, em média, 18 meses para um projeto. O Congresso brasileiro gasta, em média, 3 a 4 anos para uma lei ser aprovada.

É assim. As burocracias e os interesses políticos existem. Leva tempo para que as coisas se movam numa dada direção. Se não mantivermos a chama acesa, em vez de consumi-la na fogueira das vaidades, nada se move. É preciso que se tenha uma compreensão histórica de um processo.

Lidamos, no caso do meio ambiente, com seres humanos que estão presentes na natureza. Fazem parte dela, degradando-a ou não. E os seres humanos reagem, têm interesses diversificados e levam tempo para organizar suas decisões, que não são homogêneas e se chocam.

Creio que, nos últimos cinco anos, um novo processo está em marcha. Não quero tapar o sol com a peneira e dizer que não há nem haverá problemas, porque eles são muitos. Mas não podemos perder a vontade, a confiança e a capacidade de entender os fatos e a questão central: a democratização – no sentido amplo – dos processos decisórios e da integração dos vários setores interessados, num processo que permita levar adiante as transformações desejadas.

Acredito que seja com esse espírito que se deva fazer o balanço. É claro que não cabe ao Presidente da República fazer o balanço do negativo, mas cabe às organizações. Esta reunião, a Rio +5, certamente, o fez. Cabe-me finalizá-la com uma mensagem de otimismo, com uma mensagem de crença, de convicção e de que é possível melhorar, de que é possível avançar mais. Falta muito, mas é possível avançar mais.

No que diz respeito à sociedade brasileira, não tenho dúvidas quanto a esse processo que avança com celeridade, e que é simultâneo ao da democratização crescente e ao da tomada de consciência. Os que viveram os últimos 15 ou 20 anos do processo político brasileiro percebem que houve mudanças importantes em tão curto tempo, como também o percebem aqueles que só tomaram conhecimento dele por intermédio de leitura.

Não foi só no Brasil. Veio também do processo interativo de desenvolvimento mundial. Os meios de comunicação aceleram esse processo. Sem eles não haveria sociedade contemporânea, nem possibilidade de avanço, inclusive da política contemporânea. Tudo depende de símbolos, de significados e da capacidade de convencimento para que as coisas se transformem também em âmbito universal.

Essa dialética entre o particular e o geral, que está no coração mesmo do problema do desenvolvimento sustentável, tem de ser vista e revista.

A avaliação da Agenda 21 revela que se prometeu muito mais do que se fez. Mas algo se fez. É preciso agora reacender a chama, conscientes do que foi feito e do que está para ser feito.

Está desaparecendo o fechamento de decisões como se elas fossem só nossas. Isso não quer dizer que se esteja alienando a “soberania”. Não é isso. Está-se acrescentando um elemento novo à soberania, entendida como a capacidade de tomar decisões e de escolher as decisões a serem tomadas.

Se imaginássemos a soberania como ausência de alternativa, um caminho fechado e definido pela geração anterior num dado território, ela seria, então, intrinsecamente contrária ao progresso e à transformação. Mas se definirmos por soberania a capacidade de tomar decisões, com base em alternativas propostas e conhecidas, o processo que está ocorrendo, especificamente no caso do meio ambiente, é de ampliação dessa soberania.

Não cabe mais discutir se o estrangeiro pode ou deve debater a questão da Amazônia, por ser ela considerada o pulmão da humanidade, o que é discutível. Porque também temos o direito de especular sobre o que está acontecendo com os gases que são emitidos no Hemisfério Norte e que estão afetando o futuro do planeta. A preocupação universal tem de estar presente em cada decisão local. É por isso que se pode acrescentar à experiência nacional o conjunto de ações que se desenvolvem no plano internacional.

Isso vai requerer mais organização, mais diálogo, mais crítica e mais financiamento. Não se resolvem essas questões sem que existam recursos adequados para enfrentá-las. Muitas das questões que existem são conhecidas e reconhecidas. Não são resolvidas porque não há financiamento para isso. Algumas, talvez até muitas, porque não há vontade mesmo, ou porque não há condição. Mas a questão do financiamento se impõe.

Acredito que já se discutiu, muitas vezes, a questão de como financiar a preservação do meio ambiente. Concordo com o ministro Gustavo Krause de que não se deva usar a expressão imposto, porque haveria reação negativa. Mas há um consenso de que o poluidor tem de pagar pelos danos causados à natureza.

É preciso criar alguns conceitos que levem a uma coação moral, que faça com que a reconstrução de uma nova situação ambiental seja financiada, em grande parte, por aqueles que são responsáveis por sua degradação.

De que maneira se fará isso? Caberá aos técnicos debater e propor alternativas. Mas o debate tem de ser aberto para que possamos enfrentar os múltiplos desafios.

Reitero o meu otimismo, que não é irrealista, mas baseado na observação do que está ocorrendo. Tenho certeza de que a vivência daqueles que participaram desta reunião será de grande utilidade para todos os que estão interessados em adotar práticas novas na transformação da nossa sociedade, tendo como base a noção de desenvolvimento sustentável.

II. MUDANÇA SOCIAL³

É uma satisfação muito grande que a Conferência Regional de Avaliação da Cúpula de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social possa realizar-se em São Paulo. Tenho certeza de que o governador paulista Mário Covas ratifica minha opinião, porque São Paulo espelha as contradições entre desenvolvimento e exclusão, embora não seja único em nosso continente.

É oportuno que se veja a força de São Paulo e, ao mesmo tempo, as imensas dificuldades existentes, para que se possa, realmente, ter um desenvolvimento condizente com o que foi proposto na reunião de Copenhague.

Ela teve muitas virtudes, como, por exemplo, chamar a atenção para os ideais que conformaram as Nações Unidas, na Conferência de São Francisco, embora não tenha sido a única reunião da instituição com esse espírito.

Naquele momento, não se buscava apenas paz e segurança, que são, certamente, dimensões insubstituíveis do convívio internacional, mas também uma convivência capaz de permitir um desenvolvimento mais harmonioso. É inequívoca, na Carta de São Francisco, a presença de um espírito humanista, a busca de valores democráticos e éticos, que colocavam o homem no centro das preocupações dos governantes.

A Conferência de Copenhague retomou esse tema com muita ênfase. E, ainda mais, ficou claro que o atual problema econômico e social tem de ser compatível com a preservação do meio ambiente, além de ser presidido por uma inspiração democrática que busque maior equidade. Essa questão não se limita apenas aos países ditos

(3) *Versão editada do discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da 1ª Reunião Regional de Avaliação da Cúpula de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – São Paulo, SP, 6 de abril de 1997.*

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas alcança, também, os países desenvolvidos.

Acredito que a Cepal, com sua enorme experiência latino-americana e caribenha, tenha hoje condições de nos ajudar a repensar esses temas de uma maneira novamente criativa. Portanto, mais uma vez, é importante que se dê continuidade ao impulso de pensamento e de ação gerado em Copenhague.

O intercâmbio de experiências na nossa região, embora muitas delas frustradas, poderá ajudar-nos a orientar as políticas de desenvolvimento numa direção compatível com os ideais apregoados desde 1945, e que, certamente, serão eternos.

Os 10 compromissos assumidos em Copenhague vieram num momento que é, ao mesmo tempo, oportuno e complexo. Oportuno porque, depois da ênfase dada ao aspecto econômico do desenvolvimento – às forças de mercado –, Copenhague recolocou o tema da relação entre o econômico e o social.

Seria quase patético imaginar que, simultaneamente à queda do muro de Berlim, com o término de experiências socialistas fracassadas, de repente, todas as apostas fossem feitas numa espécie de economicismo selvagem, que visse apenas no mercado o caminho para a redenção da humanidade.

Copenhague voltou a chamar a atenção de todos sobre a necessidade de retomar temas como a erradicação da pobreza, o pleno emprego, a integração social, o respeito à dignidade da pessoa humana, pondo fim ao que podia ser uma ilusão economicista. Era preciso, outra vez, consolidar a idéia de que, num processo histórico, os valores sociais são fundamentais.

Não estou substituindo o ilusionismo economicista por um idealismo simplório. Obviamente não bastam só valores ou boas intenções. Uma base econômica estável é, realmente, indispensável. A estabilidade da moeda é algo fundamental. São condições sem as quais não poderíamos pensar em desenvolvimento.

Não se trata, portanto, de substituir uma abordagem simplista por outra igual no pólo oposto, que atribui à vontade política organizada a capacidade de substituir as condições materiais de produção e os limites impostos, muitas vezes, pela base física e pela forma de produção.

Mas, com esse reparo, não cabe nenhuma dúvida quanto à oportunidade de voltar a temas que sempre foram os da Cepal e daqueles que sempre acreditaram na possibilidade de um desenvolvimento voltado para o bem-estar da maioria da população.

O momento, conforme observei anteriormente, é oportuno e complexo. Por que complexo? Porque vivemos uma espécie de paradoxo. Assim como seria paradoxal substituir uma experiência de socialismo, que se deformou muito, por um sistema meramente de mercado, é também paradoxal, que, no exato momento em que se fala do social, tenhamos de pedir ao Estado que ele desempenhe um conjunto de políticas e de ações, quando, de certa maneira, ele carece de condições para ter eficiência e eficácia.

Não quero, com isso, me conformar, sem rever a noção e a importância de uma ação pública eficaz. Limitações existem. Para começar – e não digo nenhuma novidade – a capacidade reguladora dos Estados nacionais sofreu uma diminuição sensível. Basta mencionar os fluxos de capital, que não conseguem, hoje, ser controlados pelos Bancos Centrais. Não existe mais possibilidade de, na esfera de competência exclusiva do aparelho do Estado, fazer face a esses desafios.

E mais: não apenas a questão dos fluxos internacionais de capital, mas o próprio modo de produção mundial se reorganizou, de tal maneira que a produção se internacionalizou, diminuindo, outra vez, a capacidade de os Estados nacionais fazerem frente a certos desafios que são propostos.

Não há muitos caminhos alternativos para essa revolução tecnológica e organizacional, que coloca, de certa maneira, um desafio novo para aqueles que consideram necessário um conjunto de políticas públicas capaz de permitir um equilíbrio maior no processo de desenvolvimento.

Ou seja, neste momento, se requer, do Estado e da sociedade, um conjunto de ações que estão sendo limitadas pela própria realidade contemporânea, que alterou a noção de soberania e de nacionalismo que existia no passado.

A constatação desse fato não expressa nenhum gosto pelo paradoxo, nem o desejo de criar perplexidade. Na verdade, trata-se de encontrar mecanismos capazes de reformar as estruturas públicas estatais para que elas sejam condizentes com o desafio que está sendo proposto.

Não pode existir desenvolvimento com justiça social se não evitarmos o enfraquecimento do Estado, pelas razões já apontadas, e, também, pela incapacidade de tomar decisões diante do aumento da demanda social.

A democratização e o aumento de demanda social se fazem sentir mais intensamente naqueles países onde há maior grau de desigualdade e onde, portanto, o Estado está sendo posto também em xeque por forças externas, além das internas.

Trata-se, portanto, de um desafio: redefinir formas de organizar a ação política, particularmente a dos órgãos que se ocupam das políticas públicas. Nessa redefinição, é preciso saber o que se faz e o que não se faz. Como se diz em espanhol: “quien mucho abarca, poco aprieta”. É essa a nossa situação atual: termos de definir o que é possível e quais são os mecanismos governamentais, de tal maneira que possamos ser capazes de atuar.

É preciso insistir na necessidade de se ter, de novo, um Estado com força suficiente para atender à demanda da sociedade, aos seus anseios de bem-estar social. Para isso, precisamos desprivatizar o Estado.

E, paradoxalmente, muitas forças que poderiam contribuir para isso, por endeusarem o Estado, acabam impedindo sua democratização e sua transformação em instrumento eficaz para universalizar o bem-estar social.

Na verdade, na nossa região, nunca tivemos o *welfare state*. Nunca tivemos um Estado com bem-estar social. Quando candidato à Presidência da República, disse que existia aqui um Estado de “mal-estar social”. É verdade. O Estado predominante, na nossa região, é de “mal-estar social”. Porque é um Estado onipresente, incrustado de interesses privados – bons ou maus, não interessa discutir aqui. E mais: amarrado pelas forças corporativas geradas no seu próprio interior pela burocracia. Frequentemente, o Estado e segmentos da sociedade civil estão unidos na corrupção.

O Estado requer, portanto, reformas corajosas, profundas, para que possa realmente se democratizar e ser capaz de responder aos anseios dos segmentos marginalizados e excluídos, além de beneficiar aqueles que, embora integrados na sociedade, enfrentem dificuldades.

Com base na experiência histórica, inclusive a da crise do *welfare state*, podemos realizar reformas no Estado e definir formas para sua atuação, que permitam, efetivamente, a superação do paradoxo mencionado.

Não quero me alongar, e não cabe a mim resolver essas questões, cabe aos participantes dessa reunião. Mais tarde, quem sabe, possa seguir, caso seja possível, as sugestões dadas. Entretanto, isso leva, efetivamente, a recolocar alguns temas que sempre foram fundamentais, mas, que, agora, cada vez mais, ganham força.

Não me refiro apenas à questão da reforma do Estado. A importância da educação tornou-se vital nesse processo todo. Com todas as transformações ocorridas e os desafios criados, com os quais teremos de nos defrontar, ou existe uma capacidade de adaptação de cada um, ou, então, é hipocrisia se falar em inclusão social.

Não haverá inclusão de deseducados. A educação passa a ter um sentido muito mais amplo, porque não vai significar apenas a alfabetização, nem, tampouco, a passagem por um sistema formal de treinamento. A cidadania exige informação para que ela não seja vítima de manipulações e para que possa tomar decisões de se adaptar, inclusive

na busca de emprego ou de ocupação, aos desafios que estão postos pelo mundo contemporâneo.

É preciso insistir que o processo de globalização em marcha apresenta riscos imensos, como todos nós sabemos, de que a exclusão social seja ampliada. Mas não há alternativa para a globalização. Qual seria? A da autarquização? Onde? Como? Se o modo de produção é cada vez mais disperso, competitivo, dependente de tecnologias, a maioria delas não controlada por nenhum setor, isoladamente. Não existe alternativa. É um fato.

Ao reconhecê-lo, não estamos aplaudindo sua existência, mas buscando ver, diante dessas circunstâncias, o que fazer para que a exclusão prevista não seja, realmente, um garrote que limite as possibilidades de transformar os temas analisados em práticas de transformação. Existe essa possibilidade? É possível avançar?

Mencionei, aqui, o tema da educação. Mas é claro que não será somente com a educação que se vai resolver esse desafio. Existem também a competitividade como condição para a inclusão, e as consequências do processo, já conhecidas, sobre a oferta de emprego. A própria noção de emprego tem de ser modificada.

Quando se verificam as diferenças existentes, hoje, na estrutura de emprego e nas suas consequências, na Europa, na América e no Japão, vê-se claramente que não existe uma correlação direta da globalização com a taxa de desemprego. Essa taxa é variável, em função da interferência do setor político, das condições sociais e das regras institucionais e legais que regulam as relações de trabalho.

Numa sociedade como a que está sendo delineada, a mobilidade, até geográfica, passa a ser uma condição necessária para essa adaptação. Porque haverá deslocamento, como ao que estamos assistindo no Brasil, de setores de produção de uma região para outra. São Paulo, por exemplo, é palco disso em benefício do Nordeste. Porém, o trabalhador que aqui perde o emprego, precisa ter a possibilidade de se readaptar ao novo quadro, inclusive para trocar o setor secundário pelo terciário, ou, então, mudar de cidade ou de região, como acontece, por exemplo, nos Estados

Unidos. Lá há uma mobilidade geográfica muito grande, que permite a busca do emprego, ao contrário do que acontece no Brasil, onde valores criados por nossa cultura dificultam ou impedem a mobilidade geográfica.

Tudo isso requer, portanto, uma nova perspectiva cultural. Por isso, insisto tanto na educação; porque é um instrumento de socialização, de criação de novos valores, de preparação e de motivação das pessoas para enfrentarem os novos desafios.

Portanto, não cabe mais cuidar primeiro do econômico, depois do social. Nem, tampouco, dar prioridade ao social, ou, ainda, combinar indiscriminadamente o econômico com o social. É preciso ter, ao mesmo tempo, o econômico e o social, mas dentro de um quadro de alternância de prioridades.

Não é possível, portanto, ter-se uma visão estática, porque, às vezes, o social precede. Em certos momentos, o móvel que vai levar a uma transformação é – repito – a educação ou a transformação que ela provocará nos valores. Noutro momento, o móvel é um desenvolvimento tecnológico que não foi feito nesta comunidade, mas em outra. Assim, são valores e resultados da educação externa, mas que se refletem aqui.

Nessa matéria, há necessidade de se ter uma visão quase que caleidoscópica, sem regras fixas, mas com a preocupação constante de sintonia. Se um processo foi desencadeado no plano econômico, há que atá-lo logo ao social. Se foi desencadeado no plano social, há que atá-lo logo ao econômico, porque, senão, ele não terá condições de sustentação e continuidade.

É necessário, assim, colocar à margem um raciocínio muito mecânico, em termos de disjuntivas. Esse é o desafio desta Conferência. Há necessidade de uma reflexão, a partir de situações concretas.

Não creio que justifique ir além do delineamento. Acho adequado, em cada momento, que se faça uma reflexão concreta sobre as experiências latino-americanas e caribenhas. Se fosse estender-me sobre o Brasil, diria que o esforço para garantir a estabilização da economia, a consoli-

dação e o aprofundamento da democracia e a preocupação com o desenvolvimento social estão inspirados, precisamente, nessas preocupações mencionadas. Estão inspirados nisso, embora nem sempre se consiga atingir o resultado desejado.

Mas, indiscutivelmente, quando fizemos o plano de estabilização chamado de Real, recusamos a recessão como mecanismo para a estabilização. E, na verdade, de 1993 a 1997, nossa economia deverá crescer cerca de 25%. Esse percentual, numa economia que hoje corresponde a R\$ 700 bilhões, é um crescimento importante, concomitantemente com o plano de estabilização.

O rendimento médio do trabalhador, de 1993 até hoje, aumentou em 42%. Nem sempre de forma contínua, nem proporcional em todos os setores. O rendimento aumentou mais no setor informal do que no formal. Os trabalhadores autônomos estão ganhando mais do que os de outras categorias.

Não quero cansá-los com números, nem me transformar em propagandista do que foi feito, porque tenho consciência também das deficiências. Mas, a verdade é que foi possível, pelo menos até agora, conciliar estabilização da moeda com crescimento econômico e distribuição de renda.

Pela primeira vez, as estatísticas sobre distribuição de renda, que dificilmente se alteram, apresentaram sinal de crescimento da renda maior nos segmentos menos favorecidos, enquanto que aquela dos que ganham mais continuou subindo, porém em ritmo menor. Houve um sinal de mudança na distribuição funcional da renda, o que é muito importante. É preciso dar continuidade à mudança, embora não seja fácil.

As estatísticas mostram que, nas seis principais regiões metropolitanas do país, de 1993 para 1995, 13 milhões de brasileiros superaram a linha de pobreza. Essa é uma das conseqüências sociais do plano de estabilização. Sem a idéia de primeiro dar prioridade ao econômico, e depois ao social, foi possível avançar também nesse campo, apesar das limitações existentes.

A taxa de desemprego no Brasil, segundo o IBGE – Fundação Brasileira de Geografia e Estatística, tem oscilado entre 5% e 5,5%. Outros indicadores mostram taxas mais elevadas. Mas todos indicam a mesma tendência para cima ou para baixo, dependendo da pergunta que se faça. Uma vez aplicada com homogeneidade a mesma técnica, o que vai valer é a oscilação. E esta tem sido muito pequena a partir do Plano Real. Só não poderemos garantir a continuidade desse processo, caso a reforma do Estado não se possa realizar com base na proposta governamental, devido a resistências à direita e à esquerda.

Ela prejudica interesses e gera reação. É preciso, portanto, continuar lutando para que se possa avançar nesse processo. E, sem dúvida alguma, essa reforma não significa pura e simplesmente lutar contra o corporativismo de funcionários. Seria uma perspectiva pobre vê-la apenas desse ângulo. Significa muito mais.

Na área social, significa, sobretudo, refazer mecanismos de relacionamento do aparelho estatal com a sociedade civil. Os fatos são fáceis de serem entendidos. Na Educação, por exemplo, uma parte dos recursos para as escolas é entregue, hoje, diretamente a elas, sem passar pela intermediação política ou burocrática. Agora vamos começar esforço semelhante na Saúde, onde o óbice maior é buscar os mecanismos que vinculem diretamente a demanda da sociedade ao aparelho do Estado.

É indiscutível que, hoje, os Estados, sobretudo numa federação como a brasileira, não podem manter a centralização e a burocracia. A descentralização que, no País, está em marcha na educação e na saúde tem de avançar também em outras áreas como, por exemplo, na reforma agrária.

Isso não quer dizer, naturalmente, que a União não deva, primeiro, ter alguma responsabilidade financeira; segundo, ter capacidade de definir políticas; terceiro, ter condição de avaliar os resultados das políticas e de controlá-los; quarto, ter o apoio, nesse controle, da sociedade (sindicatos, partidos de oposição, etc.). É assim que se faz, hoje, na educação e na saúde, enquanto que na habitação, por exemplo, nada é feito.

O diálogo com a sociedade alarga o espectro e inclui no processo decisório setores que são minoritários ou de oposição ao governo central. Este jamais fez qualquer restrição de caráter partidário na distribuição de recursos, porque sabemos que o importante é a chegada desses recursos ao seu destino e aos usuários, com base em um mecanismo transparente de controle da sua transferência.

Portanto, modificação do aparelho do Estado não é, simplesmente, desprivatizar o Estado para livrá-lo dos grandes interesses privados. É também fazer com que o Estado se recolha de certas atividades econômicas onde existam recursos suficientes de capital para que lhe seja permitido concentrar-se em outras áreas. E é mais do que isso. É um conjunto de transformações fundamentais, sem as quais não vai haver desenvolvimento capaz de proporcionar mais equidade, já que as forças de mercado sozinhas não serão capazes de produzi-las.

É preciso que haja um sistema de governo muito mais aberto, democrático, que inclua, queiram ou não, os setores da oposição no processo decisório.

Claro, há certas situações, no caso de países como o Brasil – imenso e cheio de desigualdades –, que clamam por ação mais enérgica. Vou mencionar a questão da terra. Hoje, há um clamor geral na sociedade para o acesso à terra. O Brasil, tradicionalmente, é um país de latifúndio, por sua formação econômica histórica. O latifúndio sobreviveu aqui com muita força. Depois, houve muita transformação no setor agrícola com a presença da estrutura empresarial, mas ele ainda existe.

Há, por outro lado, uma grande pobreza rural e urbana, cada vez mais misturada. E, cada vez mais simbolicamente, o acesso à terra é a forma indireta de pedir equidade. Só que, embora se possa e se deva reconhecer esse processo, não há nenhuma reflexão mais profunda sobre as consequências do acesso à terra, sobre as possibilidades, os custos e o tipo de reforma agrária que deva ser implementada.

Quanto à velocidade do processo, a média histórica no Brasil era ridícula: 12 mil famílias assentadas por ano. Neste ano, pretendemos

assentar 70 mil. Comparado à necessidade, é nada. Comparado ao passado, é bastante.

Os recursos são limitados e o assentamento de cada família custa R\$ 40 mil. Só que, na experiência brasileira, depois de feitos os assentamentos, eles não se emancipam, ou seja, continuam dependentes de uma ação estatal. Portanto, os gastos públicos continuam e precisam ser calculados.

A sociedade tem de responder se deseja ou não a manutenção desse processo. Se ela concordar, terá de pagar imposto, porque, senão, não há como manter o processo. Se quisermos assentar, por exemplo, um milhão de famílias, serão necessários R\$ 40 bilhões. Essa questão tem de ser colocada e as alternativas também.

Além do assentamento, há necessidade de se apoiar a unidade familiar de produção. Criamos o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que, no ano passado, despendeu cerca de R\$ 600 milhões para sustentar a pequena unidade familiar.

Voltamos ao tema do Estado. Muitas vezes, existe o recurso e há decisão política de utilizá-lo. Porém, faltam mecanismos capazes de fazer com que esses recursos fluam adequadamente e cheguem àqueles que deles necessitam. As instituições desse Estado de “mal-estar social” – feitas para a empreiteira, para o banco, enfim, para a grande empresa – não têm canais para chegar ao povo. Estamos começando a ter no Brasil uma situação nova, por causa da estabilidade e da retomada do crescimento, de disponibilidade de recursos. Mas faltam meios para utilizar os recursos adequadamente e em programas realmente necessários que beneficiem as camadas mais pobres da população.

Esse é um problema político e gerencial, que, de novo, introduz a questão da reforma do Estado. Não há política social possível sem que exista entrosamento maior, capilaridade com a sociedade. A política social se estiola na garganta dos que gritam e na pena dos que concedem mas têm consciência das limitações práticas, pois não existe capacidade social para implementar essas medidas.

Há questões que não são resolvidas simplesmente com um gesto de vontade ou com um ato de protesto. Resolve-se reorganizando as finanças e o modo de o Estado funcionar e se relacionar com a sociedade civil.

Finalmente quero mencionar o tema dos direitos humanos. Ele é crucial. Criei a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que tem como titular o Dr. José Gregori. A preocupação com os direitos humanos não pode ser só um gesto de boa vontade, nem dos governantes nem daqueles sensíveis ao tema. Tem de ser um processo de reeducação de valores.

Em sociedades excludentes como a nossa, que se acomodaram num patamar de desigualdades tão elevado, a violência se instaura como subproduto. Ela não é produto da pobreza, porque ganha dimensão própria proveniente de práticas que são abjetas. Cabe também aos governantes protestar. Mas protestar contra o quê? Quem são os responsáveis? Os responsáveis somos todos nós. É um processo amplo e requer continuidade de ação.

Essa continuidade inclui manifestações da boa consciência da sociedade sobre os erros cometidos, que, muitas vezes, não têm como ser solucionados num dado momento. Não adianta apenas culpar os responsáveis pelos crimes e julgá-los. É preciso muito mais do que isso: criar outro tipo de valor, outro tipo de solidariedade, para que os crimes sejam reduzidos.

Desculpem-me por ter entrado tanto no tema nacional. Aqueles que têm formação em sociologia conhecem o autor chamado Ferdinand Tönnies e a sua expressão clássica, que é uma oposição entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, em alemão: comunidade e sociedade. Por *Gemeinschaft*, os autores dessa corrente entendiam as relações em termos de face a face, direta, de comunidade, da possibilidade da experiência comum: as pessoas se unem porque têm a mesma experiência. Numa situação de *Gesellschaft*, societária, há uma regra contratual: não se requer a existência da solidariedade que venha da experiência comum. Bom. Isso era visto em termos de oposição.

No mundo atual, com a transformação havida com os meios de comunicação, com a instantaneidade dos processos, de alguma maneira as sociedades passam a viver em comum experiências de violência, de bem-estar, de medo, de desafio econômico, de realizações materiais. Volta-se a ter a possibilidade de comungar esse conjunto, mesmo na relação societária.

O desafio nosso é como superar a *Gemeinschaft*, a comunidade, e a *Gesellschaft*, a sociedade e a relação societária. Como superar juntando-as, no sentido específico da noção de superação dialética.

Esse é o desafio. E os participantes desta reunião vieram a São Paulo ajudar-nos a superar a oposição entre o econômico e o social, entre o público e o privado. Uma visão nova do mundo e uma busca de algum conceito que nos refaça no nosso intelecto, não em termos dessa oposição, que nos fascinou a todos no passado, entre comunidade e sociedade. Que nos sintamos capazes de uma ação que seja condizente com aquilo de que dispomos hoje.

Essa ação, como disse antes, deriva de um grande impulso tecnológico que permite hoje estar presente a tudo. Essa ação só será realizada, só haverá essa superação da sociedade e da comunidade, se voltarmos à questão da ética, dos valores. Não como um discurso moral vazio – porque isso até me irrita, mas como um modo efetivo de motivar uma ação transformadora.

III. EMPREGO⁴

Na abertura da reunião de avaliação do período posterior à Cúpula de Copenhague, mencionei algumas preocupações e alguns caminhos possíveis para que países em desenvolvimento enfrentem os desafios da globalização e de uma evolução econômica integrada ao social, à equidade e à justiça.

São formulações bastante fáceis do ponto de vista genérico e extremamente difíceis quando se trata de definir políticas. Para cada decisão tomada, correspondem implicações sociais e vice-versa, porque quando se toma uma decisão de investimento na área social, também há implicações econômicas.

É muito difícil, às vezes, tomar uma posição e avaliar suas conseqüências de curto, médio e longo prazo. As pressões, muitas vezes, tumultuam a tomada de decisões, e é natural que isso ocorra. Mas é preciso que tanto os setores responsáveis pelas políticas públicas como aqueles da sociedade civil que têm interface com o desenvolvimento econômico e social tenham condição de definir objetivos de prazos mais longos.

Hoje, o tema central são as relações de trabalho e a questão do emprego.

Muito do que se atribui à globalização vem de longe e está enraizado nas formas de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Estamos vivendo um processo de integração em âmbito planetário. Um dos primeiros momentos de grande desenvolvimento do capitalismo comercial foi durante o surto de descobertas e teve desdobramentos nos séculos seguintes. No século XVII, já era muito nítido o processo de integração em um nível que transcendia o local e o regional.

(4) *Versão editada do discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura do Seminário Internacional sobre Emprego e Relações de Trabalho – São Paulo, SP, em 7 de abril de 1997.*

Os efeitos que as descobertas de minas de prata e de ouro na América Latina tiveram sobre a economia européia alargaram os horizontes e alteraram a maneira de governar. A discussão do mercantilismo mostra que havia uma inter-relação econômica muito mais ampla do que a inicialmente imaginada. A descoberta de outras realidades deu origem às formas mais modernas de pensamento.

A base do pensamento moderno de Montesquieu foi o reconhecimento da pluralidade, que chamava de natureza das leis. As leis estão vinculadas a certas situações estruturais e sociais. Não se pode imaginar um sistema jurídico que seja independente das condições que o produzem. Isso foi consequência da descoberta do Novo Mundo e da variedade de culturas.

O desenvolvimento do processo capitalista de produção rompeu as amarras de uma visão localizada. No século XIX, viveu-se, de outra forma, um processo que tinha alguma semelhança com o atual, que também teve como fundamento a transformação do modo de produção. O desenvolvimento da manufatura e depois da grande indústria (título dos capítulos mais famosos de *O Capital*, de Karl Marx: da manufatura à grande indústria) provocou a dispensa de mão-de-obra, migração e inchaço da cidade, como ocorreu, por exemplo, em Londres.

Desencadeou-se, portanto, também naquela época, não apenas um processo integrador, mas, ao mesmo tempo, desintegrador. Houve a primeira reação contra as máquinas. Muito tempo foi necessário para que o movimento dos trabalhadores percebesse que, realmente, o progresso tecnológico assegurava riquezas. Ser contra o progresso tecnológico equivalia a opor-se à possibilidade de melhora da condição de vida dos povos.

Pois bem, o debate sobre a questão da globalização nos coloca, às vezes, diante de uma situação semelhante: alguns são a favor, outros contra. Para quem toma decisões no âmbito do poder público, a globalização não é considerada boa ou má. Ela é um fato. É consequência de uma reorganização dos mercados, que ocasionou a dispersão do modo de produção no planeta. Trata-se de se tirarem vantagens maiores para

que haja, ao mesmo tempo, progresso social e ampliação do bem-estar. A questão, portanto, não é ideológica. Seria retórica, inútil, e seria perda de tempo encará-la como ideológica. A questão é outra. Como aproveitar os efeitos desse processo de forma mais construtiva? Ele não acontece num vazio de instituições sociais, jurídicas, políticas, nem, tampouco, dispensa uma interação com as decisões tomadas no plano nacional.

Concomitante ao processo de globalização, ocorre uma grande transformação cultural, científica e tecnológica, que pode ser sintetizada na palavra Renascimento. No passado, significou um reposicionamento do pensamento, do papel da pessoa humana e um ímpeto grande na razão. O Renascimento começou no século XVI, mas seu apogeu foi no século XVIII, quando o Iluminismo se torna, realmente, a expressão dessa nova organização, dessa nova vida que já existia.

Hoje, queiramos ou não, gostemos ou não, estamos assistindo também a uma revolução cultural. Ela provoca uma mudança muito profunda até mesmo nos padrões civilizatórios.

A transformação está em marcha e decorre também de novas formas de comunicação. A informatização, a telemática e a mídia fizeram com que o universal fosse vivido como local. O impacto da comunicação em tempo real e em escala mundial tem a ver com o tema deste evento, porque vivemos aqui os efeitos do processo de globalização sobre a estrutura do emprego. A intensidade deles é, às vezes, considerada maior do que realmente é, porque estamos incorporando a dimensão mundial à nossa experiência. Muitas vezes esquecemos que a globalização, embora seja um processo universal, dá-se dentro de limites impostos pelas instituições, pela ordem jurídica e pela política de cada país.

Há uma tendência de se analisarem abstratamente os efeitos da globalização sobre o emprego e de se criarem expectativas de que eles sejam uniformizadores do mundo. Isso não acontecerá por causa da diversidade de situações sociais, jurídicas, políticas e ideológicas. Basta ver o que acontece nos Estados Unidos, no Japão, na Europa e aqui. Os processos são diferentes. Tende-se a fazer uma redução economicista e a imaginar que a consequência social será automaticamente a mesma. As

diferenças resultam de políticas possíveis de ser adotadas. O fato de podermos prever certas conseqüências do processo de globalização permite amortecê-las ou alterá-las.

Creio que este é o desafio dos países em desenvolvimento, diante da globalização e da questão do emprego. Não adianta ficar de braços cruzados lamentando um processo irreversível, que pode ser prejudicial, se não se tomarem as medidas necessárias. Isso requer compreensão e coragem. A atual etapa do desenvolvimento do sistema capitalista caracteriza-se pelo aumento da produtividade. Quem não se preparar para enfrentar a questão do desenvolvimento tecnológico, da ciência e da educação, não terá possibilidade de evolução satisfatória.

Quando se previa a volta do capitalismo selvagem, ficou claro, ao contrário, que, sem uma sociedade mais civilizada e mais sofisticada no seu conjunto, não haveria avanço. Portanto, a questão do bem-estar social passa a ser fundamental para a produtividade na empresa. Não dá mais para se transferir responsabilidade de um para outro. É uma questão de todos: empresário, trabalhador, sindicato, governo e sociedade.

O conjunto das políticas públicas e o grau de avanço médio global da sociedade passam a ser condições para um desenvolvimento que permita a inserção competitiva do país no mercado internacional. É um novo momento da História da Humanidade. E mais ainda. As modificações são tão profundas que, para alguns segmentos de países africanos e latino-americanos e de outras regiões, o drama maior é sequer ser explorado. Ou seja, é a exclusão. É uma conseqüência extremamente negativa do processo de globalização.

Não podemos ficar indiferentes a essa realidade. Os países em desenvolvimento têm de prestar atenção a esses processos e descobrir modos e meios possíveis de diminuir os efeitos negativos como, por exemplo, a falta de qualificação dos trabalhadores para os estágios mais avançados e complexos de produção.

Nos anos 60 e 70, havia uma grande preocupação com a questão da marginalidade. Criaram-se até teorias da marginalidade. Havia a ilusão de que bastava dar uma dinâmica ao setor produtivo para integrar

certos segmentos. Isso repõe a questão do Estado e das políticas públicas. Há necessidade de uma mediação política, porque as forças de mercado não vão resolver sozinhas o grande drama da exclusão, agora, num novo patamar, acelerado pela globalização. É preciso se refazerem, portanto, o Estado, as políticas públicas, a relação entre a sociedade e o político para chamar a atenção para essas questões de uma maneira objetiva e ainda perguntar quem financia a redução da exclusão.

Logo, ao contrário do que muita gente pensa – de que estaríamos assistindo ao triunfo do que aqui se chama, inadequadamente, de neoliberalismo –, na verdade, o que se percebe é o surgimento de valores como a solidariedade, que ajudam a repensar as formas de atuar. Isso requer sindicalismo, empresariado e poder público novos. No Brasil, não temos nada disso. Não quero mexer com outros países. O novo sindicalismo envelheceu.

Há setores que ainda não se conscientizaram quanto à necessidade de mudança no marco jurídico das relações de trabalho, de forma que se evite o desemprego e a exclusão. No setor público, muitas vezes, existe a crença de que não cabe a ele ocupar-se dessas questões. E, no setor privado, também muitas vezes, falta a visão global que atenda às necessidades de educação, de saúde, de treinamento de pessoal. Sem ela não haverá possibilidade de prosperidade.

É necessário uma revolução cultural, de mentalidade. Já estamos passando por essa revolução, mas é natural que, no início do processo, as incompreensões sejam muitas e mútuas. Daí, sempre existir oposição entre Estado e economia; entre globalização e autarquia; entre progresso econômico e progresso social; entre absorção de tecnologias novas e emprego. Essas dicotomias estáticas não ajudam a evolução nacional, nem, tampouco, a definição de diretrizes para que se resolvam, efetivamente, os problemas existentes.

Precisamos entender também que está havendo uma modificação na própria noção de emprego e de ocupação. Criam-se formas novas de trabalho que, tradicionalmente, não são consideradas emprego, mas que estão dando ocupação crescente. A mobilidade do capital é imensa,

enquanto que a da mão-de-obra é muito menor. Vamos ter de preparar a mão-de-obra para lhe dar mais mobilidade geográfica e funcional e aumentar sua capacidade de adaptação.

Isso exige uma reforma na educação, que já está em marcha, para ampliar o leque de oportunidades. Não se deve entender educação só como treinamento formal na escola, mas como um processo interativo, contínuo, dentro e fora da fábrica, nos escritórios, nas televisões, no lazer, para que as pessoas possam usar também a sua potencialidade como ser humano. Elas têm de ser mais abertas, porque se vão defrontar com uma série de situações inovadoras e terão de adaptar-se de maneira criativa ao novo quadro. Mas, em qualquer circunstância, é fundamental entender que o aumento da produtividade é decisivo, porque sem ele não haverá riqueza, nem, tampouco, bem-estar social.

Não adianta só repartir a pobreza, é preciso criar riqueza e isso requer uma compreensão das técnicas produtivas que a multiplicam. A questão não está só na produção da riqueza, mas em como distribuí-la e em como integrar as populações ao processo de distribuição. De novo, é falsa a oposição, entre os que cuidam da distribuição e aqueles que cuidam da produção. Além de falsa, leva a impasses. Não adianta só distribuir, é preciso enriquecer. Do mesmo jeito que não adianta só enriquecer, é preciso distribuir. Fácil de falar e difícilimo de fazer.

Há uma tendência natural de concentração de riqueza, inclusive nas camadas de trabalhadores com melhores condições de vida, o que dificulta a inclusão dos despossuídos. As políticas públicas têm de fazer o oposto, no sentido de criar condições para mais pessoas participarem criativamente do processo produtivo. De novo, a questão da educação está ligada àquela do emprego. Não é por acaso que o Ministério do Trabalho está gastando bilhões de reais em programas para criar empregos, educar e treinar mão-de-obra, de forma que se abram oportunidades de aprendizado, sem o que não haverá possibilidade de manter o trabalho.

Vamos ter de enfrentar também a questão das relações jurídicas de trabalho. Em nenhuma circunstância, o poder público poderá dispensar a proteção ao trabalho e ao direito do trabalhador. Mas aí a questão

é mais de distinção entre direito e privilégio. Frequentemente, no Brasil, confunde-se privilégio com direito, sobretudo nos setores públicos. Para se manter o privilégio, fala-se em direitos, quando, na verdade, temos de perguntar quais são os direitos suscetíveis de serem oferecidos a todos e não quais os que existem para só alguns.

A universalização orienta a nova política de emprego, que tem de refazer o homem para as circunstâncias contemporâneas. Acesso universal à educação, aos bens da saúde, e à terra. Ampliar e dar igualdade de direitos a todos passa a ser condição da existência de uma sociedade capaz de ser competitiva e de se inserir, sem se prejudicar, no processo de globalização.

É um desafio imenso; porque na hora de se propor alguma mudança na legislação, não faltarão vozes contrárias a ela. Pode até ser que tenha de ser refeita, e nesse caso será, mas terá de ser apoiada. A mudança é necessária para se criarem mecanismos que ampliem as possibilidades de uma inserção correta e competitiva, sem exclusão.

Como tudo na História, não há soluções antecipadas, nem, tampouco, garantia de que possam dar certo. As nações correm seus riscos. Os segmentos nacionais de cada categoria também correm riscos, entre eles os políticos. Se não fosse assim, a História não existiria, ou, pelo menos, não teria o sentido que tem hoje. Existiriam apenas fenômenos naturais.

Os fenômenos históricos envolvem riscos. Mas o maior risco é não arriscar, porque aí, vamos errar mesmo, diante do processo inexorável das mudanças. Temos de correr o risco, desde que as decisões sejam tomadas de boa fé. Assim como aqueles que defendem certa posição, que o façam de boa fé.

Podemos errar ou propor medidas equivocadas, mas, pelo menos, teremos a certeza de que estamos fazendo o máximo para que as coisas dêem certo. Se for de boa fé, corrige-se eventualmente o erro. O que não se pode tolerar, para benefício dos trabalhadores, da sociedade e da democracia, é a omissão ou a desqualificação do outro por julgamentos falsos de intenções. A História não julga intenções, julga fatos.

Há uma série de questões para serem enfrentadas que requerem criatividade, inovação e avanço. O efeito uniformizado e desafiador da globalização vai ser vivido, por cada país, de acordo com sua situação concreta, com sua experiência histórica, com suas leis, com suas relações de trabalho e com seu sistema político. Na Europa, as taxas de desemprego são atualmente bastante elevadas, devido à enorme rigidez no mercado de trabalho. Já nos anos 60, a estrutura de emprego na Europa, comparada com as estruturas americana ou japonesa, era muito conservadora. A quantidade de trabalhadores do setor secundário, da indústria, era bem mais elevada.

Hoje há uma crise de proporções enormes, porque não se sabe como resolver a questão da Previdência Social, advinda do desemprego provocado pela utilização feita pelas empresas de processos automatizados de produção. A questão não está só no sistema produtivo e na forma de acumulação de capitais. Está no sistema jurídico e na reação da sociedade a esse desafio. Nos Estados Unidos é diferente, porque existem regras menos rígidas no mercado de trabalho. Há mobilidade muito maior e situações também de salários muito diferenciados, de setores sindicalizados ou não, e de setores avançados ou não da grande empresa.

Outras são as soluções no Japão e nos demais países. Aqui também temos outras soluções ou precisamos tê-las. Num país como o Brasil, onde mais de 20% da população economicamente ativa está no campo, há necessidade de se considerarem questões como a pequena unidade de produção, a unidade familiar de produção, o acesso à terra. A questão da reforma agrária que hoje, no Brasil, virou expressão mágica – “reforma agrária” – tem de ser enfrentada, porque existe uma população muito grande no campo e a tendência é migrar para a cidade.

O poder público e a sociedade civil precisam gerar formas que estabilizem mais a população. O latifúndio, no Brasil, foi profundamente golpeado por medidas recentes propostas pelo governo e pela sociedade e aprovadas pelo Congresso. Não existem mais condições de manter a estrutura latifundiária no Brasil, porque o imposto subiu violentamente. Isso vai criar uma transformação grande na estrutura fundiária, que terá

aspectos positivos e negativos, mas sempre desagregadores. A estrutura empresarial existente no campo, que cresceu muito, assegura a oferta de alimentos e a exportação.

Existe também número expressivo de famílias que dispõem de terra, mas que ainda são mal assistidas. Criamos um programa específico para elas: Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Existem famílias que não dispõem de terra e que também são mal assistidas. E existem, finalmente, os que não são capazes de trabalhar a terra, mesmo detendo sua propriedade, se não houver um treinamento muito específico. Por isso, o suposto “avanço” no assentamento dos sem-terra poderá ser desmentido pelos fatos, nos anos seguintes.

Essa é uma questão que, num país como o nosso, tem de ser considerada. Em outros países da América Latina, o peso da população no campo é menor e as possibilidades de oferta de terra, mais limitadas. Há, portanto, uma diversidade de situações a serem enfrentadas.

Há também outras questões como a tradição de uma economia fechada. Hoje, com toda a abertura da economia, o comércio exterior brasileiro corresponde a US\$ 100 bilhões, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) atinge US\$ 700 bilhões. A participação relativa das exportações e das importações do Brasil na sua economia e no comércio internacional continua inexpressiva, quando comparada com a de outros países.

Temos um grande mercado interno, o que é uma vantagem e atrai investidores. Mas, com a globalização, vamos precisar aumentar mais o fluxo comercial. Isso depende da elevação da produtividade, que está provocando modificações na indústria e no emprego.

Olhando globalmente, a taxa de desemprego no Brasil se situa em torno de 5,5% da população economicamente ativa. Os dados comparativos revelam que ela é menor do que a média dos países europeus, semelhante à dos Estados Unidos e superior à do Japão.

A diversidade dos quadros institucional, econômico e social daqueles países explica as diferenças e influi nos ajustes. Aqui o Ministério

do Trabalho acompanha atentamente a evolução da força de trabalho. O poder público tem procurado criar condições para contrabalançar os efeitos destrutivos sobre o emprego, resultantes da globalização, que é consequência da revolução tecnológica e organizacional. Precisamos tornar mais flexível a legislação trabalhista e tributária, de forma que a empresa não fique com medo de contratar e ajude o ajuste.

Isso terá de ser feito através de uma negociação entre os trabalhadores e os patrões. Porém, às vezes, as forças negociadoras pedem a arbitragem do governo. Mas se cedermos ao impulso de “ajudar”, na verdade estaremos atrapalhando. É preciso que se crie uma relação realmente negociadora entre as partes, para que elas possam buscar os mecanismos que levem às acomodações necessárias aos ajustes imperiosos. É natural a solicitação de arbitragem do poder público no Brasil, devido à tradição existente desde os anos 30, de forte intervenção do Estado na economia.

Propus, como senador, um projeto de lei relativo à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. Levou anos sendo criticado por alguns sindicatos, que achavam necessária a definição de um percentual pelo governo em vez de ser ele estabelecido por intermédio de negociação no âmbito de cada empresa ou, até mesmo, de cada departamento, para evitar um peso injusto, insuportável sobre as empresas.

O projeto de lei foi aprovado no Senado, mas parou na Câmara por oposição dos sindicatos, que não perceberam suas vantagens e assumiram posições reacionárias. Foi preciso, então, editar uma medida provisória, no governo Itamar Franco, que foi reeditada no meu governo. Ela hoje é um sucesso.

Talvez seja essa a característica maior do nosso desafio. Existem, sim, enormes forças globalizadoras, uniformizadoras. O que vai permitir um ajuste dinâmico é a flexibilização, é tomar em consideração cada situação. É paradoxal, mas é assim. Num mundo em processo de uniformização, a diferenciação ganha força. Cabe ao setor político – nele incluídos os sindicatos, partidos, governos (federal, estadual e municí-

pal) e a sociedade civil organizada – entender essa dinâmica e buscar as formas específicas, que, através da diferenciação, permitam um ajustamento maior.

A mentalidade tem de mudar. É impossível uniformizar, num país do tamanho do nosso, que é um continente, sem que isso prejudique alguém. A uniformização seria injusta.

O governo exerce uma força equilibradora, buscando mecanismos para reorganizar áreas atrasadas do País que não têm, ainda, condições de dar aos seus trabalhadores as mesmas possibilidades que as áreas mais avançadas. Não é possível querer que tenham as mesmas possibilidades, porque as situações locais não permitem e, aí, passamos a viver na ficção.

Deixemos de lado, por um instante, a questão do trabalho e tomemos a da educação. Nesta área, o governo propôs uma modificação constitucional. Criamos o chamado Fundo de Valorização do Professor. O governo está empenhado em dar acesso universal à educação. Está havendo uma revolução branca no ensino primário. Sempre se falou nisso, mas nunca se fez. Os recursos do Governo Federal iam quase todos para as universidades. A proporção era escandalosa. Para mudá-la, foi necessário uma emenda constitucional, que o Congresso aprovou. A alteração só vigorará no ano que vem, por razões políticas.

A proposta foi a seguinte: o Brasil teria de despendar em média, pelo menos, R\$ 300,00 por ano com cada aluno. Isso é, grosso modo, o mínimo considerado aceitável pelas organizações como a UNESCO, que lidam com o problema. O salário do professor teria de ser, em média, R\$ 300,00 por mês. Imediatamente, houve uma gritaria. Por quê? Porque a média salarial do professor primário, em São Paulo, é superior a R\$ 700,00. Então, quando se propõe que a média seja de R\$ 300,00 mensais, existe, imediatamente, um protesto.

Os sindicatos organizados dos estados mais adiantados do País ridicularizaram a proposta. É claro que a remuneração dos professores no estado de São Paulo e em alguns outros continuará em seu patamar. Ninguém vai diminuí-la. Porém, o salário mensal de um professor da

escola primária no interior do Nordeste e do Norte não chega a um salário mínimo. Frequentemente, é a metade. Portanto, o salário desses profissionais seria multiplicado cinco vezes.

Se nos guiarmos sempre pelo setor que tem mais condições, a lei não terá vigência, porque muitas prefeituras não têm recursos. É um estado de carência financeira. Temos de estar abertos a essa realidade.

Mencionei o caso da educação, mas ele é semelhante à questão da participação nos lucros das empresas, ou à do salário mínimo. Em São Paulo, um salário mínimo pode não ser nada, assim como no Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro. Talvez fosse possível pagar mais. Mas, em outras regiões, não é possível. Outro exemplo é o programa de retirada da criança que trabalha em situações chamadas de alta exploração. Diga-se, de passagem, que vi estatísticas falaciosas, de 3 milhões de crianças brasileiras que estariam sendo exploradas em trabalho escravo. Isso é muito bom para manchete de jornal lá fora, mas não é verdadeiro. Na verdade, quando se foi fazer o programa das carvoarias de Mato Grosso, onde se imaginava que houvesse duas mil crianças, havia, na verdade, 400. E, na Zona da Cana, há cerca de 11 mil. Começamos o programa com cerca de mil crianças. Estamos, agora, iniciando trabalho semelhante na cultura do sisal. Ou seja, são números que permitem a solução do problema.

Decidimos que a bolsa seria de R\$ 50,00 – meio salário mínimo. Sabem o que acontece em algumas regiões? Provoca uma revolução no mercado de trabalho, porque é “muito”. E não digam que eu acho muito. Acho pouquíssimo. Mas, a introdução de R\$ 50,00 para uma criança sair do trabalho altera o quadro.

Essa é a realidade contra a qual temos de lutar. Não adianta propor um salário em vez de meio, porque os pais deixariam de trabalhar. Bastaria que a criança trabalhasse, para depois ir para a escola e ser bolsista. Mesmo porque, os empregos são poucos. Então, na prática, é muito complicado.

Hoje temos um programa e não existem escolas. Na Zona da Cana, onde começamos o programa com cerca de mil crianças, não há

escolas para todas. O Governo Federal tem dinheiro para fazer a escola, mas o governo estadual tem dinheiro para pagar o professor? Nem sempre o tem.

As transformações são concretas, difíceis, necessárias, imperiosas, mas exigem, ao mesmo tempo, um olhar no horizonte. É preciso reconhecer que, ou há progresso social geral, ou, então, não haverá nenhuma possibilidade de o País ser, realmente, competitivo, em nível internacional. Isso exclui uma posição pseudo-progressista, retórica, que serve à demagogia, mas que não contribui, efetivamente, para o bem-estar da população.

Esse é o desafio. Os especialistas aqui reunidos vão discutir as conseqüências da nova ordem internacional em cada um dos países, especialmente nas relações de emprego e de trabalho. As autoridades brasileiras estão abertas para ouvir críticas e sugestões possíveis para essa questão, que tem de ser vista dentro de um processo. Depende de luta longa, de mudança de mentalidade e de convencimento recíproco. Não há donos da verdade. Tem de haver, sim, uma disposição muito firme, de todas as partes, para avançar.

Havendo isso, mesmo com os desafios e com as dificuldades, criaremos instituições capazes de fazerem com que os efeitos positivos deste novo momento da História da Humanidade não sejam obscurecidos por conseqüências negativas, de forma que possamos, efetivamente, dar um passo mais tranqüilo para o futuro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

COLEÇÃO DOCUMENTOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EM PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1995
4. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (primeiro semestre de 1995)
5. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (segundo semestre de 1995)
6. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
7. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
8. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
9. REAL, UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. O MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO — AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
22. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1995
23. BRASIL EM AÇÃO — INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO
24. POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
25. GLOBALIZAÇÃO E OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS
26. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1997
27. DOIS ANOS DE MUDANÇAS

28. REFORMA AGRÁRIA – COMPROMISSO DE TODOS
29. COMUNIDADE SOLIDÁRIA – RESULTADOS DE 2 ANOS DE TRABALHO
30. TRÊS ANOS DE REAL — CONSTRUINDO UM BRASIL MELHOR
31. TRECHOS DE PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – 1996

EM INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH
6. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES — RISKS AND OPPORTUNITIES
7. NATIONAL PROGRAMME ON HUMAN RIGHTS
8. TWO YEARS OF CHANGE
9. LABOR MARKET AND EMPLOYMENT GENERATION IN BRAZIL
10. AGRARIAN REFORM IN BRAZIL

EM FRANCÊS

1. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
2. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
3. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME
4. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE
5. DEUX ANNÉES DE CHANGEMENTS

EM ESPANHOL

1. BRASIL, 1996 DE LAS REFORMAS AL CRECIMIENTO
2. PROGRAMA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS
3. DOS AÑOS DE CAMBIOS
4. EL MERCADO DE TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE EMPLEOS

Cópias adicionais desta publicação podem ser solicitadas à
Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social
Esplanada dos Ministérios, bloco A, 6º andar
Telefones: (061) 411-4834; 411-4837
Fax: (061) 321-2230
Brasília, DF
CEP: 70054-900
Consulte, também, nossa página na Internet:
<http://www.radiobras.gov.br/secompr>
<http://www.planalto.gov.br>

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1997, COM UMA TIRAGEM
DE 10.000 EXEMPLARES

